

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO: 06/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 12/2025

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva/PR.

Emissão: 07/03/2025

PZ/10

Abertura: 27/04/2025



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA: 76167725000130
PUBLICAÇÃO DO ÓRGÃO OFICIAL
Local: CURIÚVA - PARANÁ
Assinado em 08/01/2025 21:37:40

MUNICÍPIO DE
CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 13032 | quarta-feira, 8 de janeiro de 2025 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

DECRETO Nº 017/2025

Súmula: Nomeia Servidores para atuarem nas Licitações e Contratações Municipais.

CHRISTIANO GIUNTA BORGES, Prefeito Municipal de Curiúva, Estado do Paraná, com supedâneo na Lei nº 14.133/2021, bem como no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para atuarem nas Licitações e Contratações Municipais, conforme Lei Nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, nas seguintes funções:

AGENTE DE CONTRATAÇÕES:

- Aline de Almeida Freitas

CPF: 083.***.***-61

PREGOEIRO:

- Luciana Marília da Costa

CPF: 200.***.***-94

EQUIPE DE APOIO:

- Naiara Ferreira Mendes

CPF: 144.***.***-39

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Curiúva, em 08 de Janeiro de 2025.

CHRISTIANO GIUNTA BORGES

Prefeito Municipal



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 08/01/2025
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO COMPRAS

MEM Nº 013 / 2025

Curiúva PR, 08 de Janeiro de 2025.

A
DEP. DE LICITAÇÕES
LUCIANA Marília da Costa.

PREZADA SENHORA

Venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar Licitação, visando a compra de peças e/ou acessórios em geral, novas originais e/ou genuínas e/ou de primeira linha, e mão de obra, que serão utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada pertencente a frota oficial ou que venham a ser incorporados a frota do Município das máquinas pesadas ou que estão sob a responsabilidade do Município de Curiúva.

Bem como a manutenção mecânica serviços, na troca de peças ou manutenção corretiva.

O percentual mínimo de desconto a ser dado nas peças será sobre a tabela das peças das revendas autorizadas. A manutenção mecânica os desconto serão com base em orçamentos anexo com base no preço médio.

O orçamento feito em revenda autorizada como exemplo a PARANA EQUIPAMENTOS S.A PESA CAT | Paraná Equipamentos www.pesa.com.br. A PESA é Referência nacional venda dos produtos Caterpillar 5 estrelas certificadas pela Caterpillar, ou seja, o orçamento será feito e a partir dele será aplicado o desconto.

Segue em anexo o relatório de gastos referente ao ano de 2024. Para o ano de 2025 houve um aumento de maquinas, ou seja, teremos um aumento nos custos programados de 5% que será suficiente para um período de 12 (doze) meses.

Relatório de veículos a serem atendidos com as peças e acessórios e manutenção mecânica da frota pesada.

| PLACA | MARCA | MODELO |
|------------------|------------------------|--|
| JCB -2020 | JCB | RETROESCAVADEIRA |
| JCB 2020 | JCB | PÁ RETROESCAVADEIRA |
| TRATOR TL 5100 | NEW HOLLAND | TRATOR TL 5100 |
| JCB-2020 | JCB | PÁ JCB Modelo 422 ZX com motor turbo dieesel |
| RETROESCAVADEIRA | Caterpillar | CAT 416E |
| Motoniveladora | Caterpillar | CAT 120K |
| PATROLA | Caterpillar | CAT 86 |
| PÁ CARREGADEIRA | Caterpillar | 924F |
| RETROESCAVADEIRA | JCB | JCB-2018 |
| ESCAVADEIRA | XCMG | XE215BR |
| Rolo compactador | BOMAG | BW211D-40 |
| TRATOR | Trator Massey ferguson | TMF275 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

| | | |
|------------------|---------|-----------------|
| Motoniveladora | XCMG | 1803BR |
| PÁ CARREGADEIRA | XCMG | LW300KV |
| PÁ CARREGADEIRA | XCMG | LW300KV |
| Motoniveladora | XCMG | GR 1803BR |
| MINICARREGADEIRA | BOB CAT | M0659 |
| TRATOR | LANDINI | Brutus 80 |
| LW300BR | XCMG | PÁ CARREGADEIRA |

Os pedidos deveram ser entregues quando solicitados em um prazo Máximo de 48 horas, não sendo aceito peças sem origem, ou peças usadas, quando da recusa da peça enviada a mesma tem que providencia a troca imediata, para o bom funcionamento do parque de maquinas, bem como os serviços mecânicos deverão ser prestados quando solicitados no mesmo prazo máximo, deverá o proponente oferecer serviços de transporte da maquina ou equipamento quando necessária manutenção em oficina própria, quando não, fazer a manutenção em pátio da prefeitura municipal, o transporte deve conter seguro.

As peças deverão ser novas originais e/ou genuínas e/ou de primeira linha, aquelas que são utilizadas na montagem das maquinas pelo fabricante ou para revenda das concessionárias autorizadas, os serviços mecânicos terão a garantia igual a garantia da peça trocada.

As peças deveram ter no mínimo 90 dias de garantia bem como os serviços de manutenção mecânicos sem limite de quilometragem ou horas trabalhados, devendo ser trocadas de imediato quando apresentar problema ou defeitos de fabricação ou qualidade ou refeito os serviços.

Comprovação de qualificação técnica:

- A empresa deverá ter o objeto do contrato social compatível com a presente licitação,
- Atestado de capacidade técnica emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou fornecimentos compatíveis com o objeto do presente certame, indicando a qualidade do atendimento, cumprimento de prazos com reconhecimento de firma se for emitido por entidade privada.
- Comprovação que a empresa proponente é proprietária ou mantém contrato com empresa de auto-socorros, de no mínimo 01 caminhão plataforma para maquinas pesadas em perfeitas condições de uso, para atendimento no transporte das maquinas para as suas manutenções.
- Declaração de seguro contra sinistros quanto ao transporte ou permanência do bem em manutenção.
- Declaração que tem local apropriado para manutenção das maquinas em local cobertos e todas ferramentas e equipamentos mínimos para execução dos serviços licitados.
- Certificado de curso de mecânico pertinente ao objeto licitado, acompanhado da comprovação do vinculo empregatício na função de mecânico do curso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico pela execução do objeto até o seu recebimento definitivo pelo Contratante, devendo a declaração conter o nome, CPF e assinatura do representante legal da empresa, bem como o nome, nº do registro e assinatura do profissional da empresa. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do órgão licitador. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente.
- O profissional designado como responsável técnico deverá ter formação em Engenharia Mecânica ou Mecatrônica.
- Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU (pessoa física), do responsável técnico (conforme discriminação das atividades profissionais determinadas através da Resolução nº218 de 29/06/1973 – CONFEA, ou pela Resolução nº 21 de 05/04/2012 - CAU).

Subentende-se por “genuínas”, produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, determinando que este produto seja inteiramente novo, sem que tenha passado por nenhum processo de reciclagem ou recondicionamento nem remanufatura, com a marca registrada e embalada na caixa original.

Os valores dos descontos ofertados pelas licitantes deverão ser calculados com base nas tabelas de preços oferecidos pelos fabricantes e/ou concessionárias e de acordo com as marcas e modelos das máquinas relacionadas. Se a montadora/fabricante não disponibilizar mais tabela de preços para as peças da máquina descrita a administração aceitará que o licitante vencedor atenda com peças originais e novas através de 03 (três) orçamentos anexados junto à nota fiscal, sendo que o percentual de desconto será calculado pelo menor valor orçado.

O percentual mínimo de desconto sobre a tabela importa em 10% (dez por cento), para as peças originais e ou genuínas e serviços.

Eventuais aquisições de peças se justificam para fazer a manutenção das máquinas da linha pesada pertencentes a frota do Município, com a finalidade de manter a presteza e eficiência na prestação do serviço Público.

A necessidade de contratações freqüentes, com aquisições e entregas parceladas, conforme as necessidades que efetivamente se concretizam, sendo evidente que pela natureza e destinação do material não é possível definir com plena exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração, considerando, ademais, a ausência de condições de estocagem em grande quantidade de material, sem se falar nos riscos de perda decorrentes do armazenamento, baseando se nos gastos em anos anteriores, bem como o município não tem hoje



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

em seu quadro de funcionários mecânicos especializados para a manutenção das máquinas citadas.

Todas as despesas decorrentes da entrega ou devolução das peças correrão por conta da empresa ganhadora, bem como o deslocamento dos mecânicos até o local de manutenção.

ENTREGA

Os materiais solicitados devem ser entregues dentro do município nos locais solicitados pelas secretarias, ou seja, no local oficina pátio de obras, não temos hoje um local para o estoque, e sempre fazemos pedidos em quantidades pequenas de peças o que causa reclamações, ou seja, a necessidade que o fornecedor seja de cidade próxima, e que tenha conhecimento de nossa geografia. A opção pela modalidade de pregão é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade. Dentre as alegações aponto: Há diversas vantagens da forma do pregão eletrônico, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão e facilidade na negociação, verificação das condições de habilitação e execução da proposta em que se relaciona a entrega esclarecimento das quantidades e locais de entrega e forma de entrega.

QUANTIDADES PEDIDAS.

As quantidades pedidas podem ser pequenas fracionadas ou em grandes quantidades, tudo dependendo da necessidade dos serviços a serem feitos, o município não fica sujeito a fechamento de pedido para a entrega, ou seja, independente de quantidades os mesmos tem que ser entregues no prazo.

ENTREGA

Os materiais solicitados/serviços devem ser entregues dentro do município nos locais solicitados pelas secretarias nas quantidades pedidas, e no caso de manutenção em oficina própria do fornecedor o mesmo deve seguir as informações a cima no transporte das máquinas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | % MINIMO DE DESCONTO | Valores | VALOR TOTAL DO ITEM |
|------------------|--|--------------------------------------|------------------------------------|---------------------|
| 01 | Peças novas originais e/ou genuínas que serão utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada. | 10% | 450.000,00 por ano. peças. | 450.000,00 |
| | Peças novas de primeira linha utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada. | | | |
| | Mão de obra de serviços mecânico para maquinas pesadas / total de 600 horas de serviços. | Vlr hora mecânica 198,56 por hora | Total de horas 1.000 h por ano. | 198.560,00 |
| TOTAL DO ITEM 01 | | | | 648.560,00 |

OS LANCES - MAIOR DESCONTO PERCENTUAL NO LOTE.

- Mão de obra por horas trabalhadas conforme orçamentos em anexo e com base no valor médio.

O valor global Máximo para os itens será de R\$ 648.560,00 (seiscentos e quarenta e oito mil e quinhentos e sessenta reais).

DOCUMENTOS EXIGIDOS.

Habilitação Jurídica

Ato constitutivo da empresa e última alteração, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de empresa comercial e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) ou Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) Conforme decreto nº 8.302/2014;
- c) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS);
- d) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual - Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD.
- f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

g) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

h) Alvará de licença para funcionamento expedido pelo órgão responsável da sede da licitante, exercício 2024.

Qualificação Econômico-Financeira e Técnica

a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo expresse na própria certidão o prazo de sua validade.

a.1) Para empresas que optarem de participar através de filial, deverão também ser apresentadas certidões negativas para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

b) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, acompanhado de documento contratual ou equivalente ou de nota fiscal correspondente, que comprove que o (a) licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços de natureza e espécie condizentes com o objeto desta licitação.

c) Declaração de o proponente possui local apropriado, com cobertura e, todas as ferramentas e equipamentos adequados para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas.

d) Comprovação que a empresa proponente é proprietária ou mantém contrato com empresa de auto socorro, de no mínimo, 01 caminhão plataforma para máquinas pesadas em perfeitas condições de uso, para atendimento no transporte das máquinas que serão realizadas as suas manutenções.

e) Declaração de segura contra sinistros quanto ao transporte ou permanência do bem em manutenção.

f) Comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, mecânico (s) especializado(s), o qual será obrigatoriamente o profissional detentor de curso técnico em mecânica especializada na linha diesel e máquinas pesadas, mediante a apresentação dos seguintes documentos em cópia autenticada e/ou cópia simples acompanhada do original para autenticação durante a sessão:

1) No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (contendo as folhas que demonstrem o número de registro e a qualificação civil e contrato de trabalho);

2) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede do licitante;

3) No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço com firma reconhecida.

4) O certificado curso técnico em mecânica especializada na linha diesel e máquinas pesadas do (s) respectivo (s) profissional (is), compatível com o objeto da presente licitação, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para autenticação durante a sessão.

5) Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico, pela execução total do objeto. O responsável técnico deverá ter formação em engenharia mecânica ou mecatrônica. Esta declaração deverá conter todos os dados pessoais e assinatura do representante legal da empresa, bem como os dados



Sem mais para o presente, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Jorge Alberto
Departamento de Compras

REINALDO VICENTIN
Secretario de Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE COMPRA – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

INTRODUÇÃO

O Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação.
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Datas previstas para conclusão do processo: **30/03/2025**

1.2 Secretária Participante do Processo.

- ☐ Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
- ☒ Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- ☐ Secretaria Municipal de Assistência Social
- ☐ Secretaria Municipal de Educação
- ☒ Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
- ☐ Secretaria Municipal de Saúde

1.3 Objeto:

- ☐ Serviço não continuado
- ☒ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☒ Material de consumo
- ☐ Material permanente / equipamento / veículos
- ☐ construções / Revitalizações / Reformas

1.4 Forma de Contratação sugerida:

- ☒ Pregão/Concorrência/Credenciamento.
- ☐ Pregão (Registro de Preço).
- ☐ Dispensa/Inexigibilidade.

2 - Descrições sucintas do objeto

Compra de peças e/ou acessórios em geral, novas originais e/ou genuínas e/ou de primeira linha, e mão de obra, que serão utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada pertencente a frota oficial ou que venham a ser incorporados a frota do Município das máquinas pesadas ou que estão sob a responsabilidade do Município de Curiúva.

3 - Prioridades da Contratação.

- ☐ Alta (itens Críticos e Urgentes)
- ☒ Média (itens importantes, mas não urgentes)
- ☐ Baixa (itens necessários, mas não urgentes)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

4- Alguns itens serão cobrados amostra do licitante?

() Sim. Informados na planilha de itens.

(x) Não

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de contratação surge devido à deterioração e desgaste das máquinas pesadas utilizadas pela administração pública em suas operações, desempenham papéis fundamentais em projetos de construção, manutenção de estradas, obras de infraestrutura, e até mesmo em situações de emergência, como resgate e remoção de entulho em casos de desastres naturais.

O problema a ser resolvido reside na necessidade de garantir que essas máquinas permaneçam em condições operacionais ideais. A manutenção adequada é crucial para evitar falhas mecânicas, paralisações não programadas, e garantir a segurança tanto dos operadores quanto do público em geral. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação de serviços de manutenção para máquinas e peças pesadas visa assegurar a continuidade e eficiência das operações relacionadas a obras públicas e serviços essenciais. Ao investir na manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos, o órgão público está contribuindo para a segurança, eficiência e qualidade das atividades que impactam diretamente a comunidade, promovendo assim o bem-estar geral e o desenvolvimento sustentável da região.

3 - MATERIAIS/SERVIÇOS

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | % MINIMO DE DESCONTO | Valores | VALOR TOTAL DO ITEM |
|------------------|--|-----------------------------------|---------------------------------|---------------------|
| 01 | Peças novas originais e/ou genuínas que serão utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada. | 10% | 450.000,00 por ano. peças. | 450.000,00 |
| | Peças novas de primeira linha utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada. | | | |
| | Mão de obra de serviços mecânico para maquinas pesadas / total de 600 horas de serviços. | Vlr hora mecânica 198,56 por hora | Total de horas 1.000 h por ano. | 198.560,00 |
| TOTAL DO ITEM 01 | | | | 648.560,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

3 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA DA EMPRESA

Habilitação Jurídica

Ato constitutivo da empresa e última alteração, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de empresa comercial e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) ou Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) Conforme decreto nº 8.302/2014;
- c) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS);
- d) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual - Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD.
- f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- g) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- h) Alvará de licença para funcionamento expedido pelo órgão responsável da sede da licitante, exercício 2024.

Qualificação Econômico-Financeira e Técnica

- a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.

a.1) Para empresas que optarem de participar através de filial, deverão também ser apresentadas certidões negativas para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

b) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, acompanhado de documento contratual ou equivalente ou de nota fiscal correspondente, que comprove que o (a) licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços de natureza e espécie condizentes com o objeto desta licitação.

c) Declaração de o proponente possui local apropriado, com cobertura e, todas as ferramentas e equipamentos adequados para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas.

d) Comprovação que a empresa proponente é proprietária ou mantém contrato com empresa de auto socorro, de no mínimo, 01 caminhão plataforma para máquinas pesadas em perfeitas condições de uso, para atendimento no transporte das máquinas que serão realizadas as suas manutenções.

e) Declaração de segura contra sinistros quanto ao transporte ou permanência do bem em manutenção.

f) Comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários ou como prestador de serviços, na data



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

prevista para entrega da proposta, mecânico (s) especializado(s), o qual será obrigatoriamente o profissional detentor de curso técnico em mecânica especializada na linha diesel e máquinas pesadas, mediante a apresentação dos seguintes documentos em cópia autenticada e/ou cópia simples acompanhada do original para autenticação durante a sessão:

1) No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (contendo as folhas que demonstrem o número de registro e a qualificação civil e contrato de trabalho);

2) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede do licitante;

3) No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço com firma reconhecida.

4) O certificado curso técnico em mecânica especializada na linha diesel e máquinas pesadas do (s) respectivo (s) profissional (is), compatível com o objeto da presente licitação, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para autenticação durante a sessão.

5) Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico, pela execução total do objeto. O responsável técnico deverá ter formação em engenharia mecânica ou mecânica. Esta declaração deverá conter todos os dados pessoais e assinatura do representante legal da empresa, bem como os dados pessoais e assinatura de seu responsável técnico. Saliente-se que o referido responsável técnico no caso de ser substituído deverá ser comunicado ao órgão licitador com máxima urgência. Não será permitido ser técnico responsável por mais de uma proponente.

5 ANEXOS

Memorando
Demanda de compra
Estudo técnico preliminar
Orçamentos
Termo de referencia

6 GESTOR E FISCAIS DE CONTRATO

Gestor de Contrato Titular: REINALDO VICENTIN

Gestor de Contrato Substituto:

Fiscal de Contrato: DOUGLAS DELFINO

Fiscal de Contrato Substituto:

7 IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEL

X
Secretaria de Governo / Obras

Secretaria de Agricultura



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

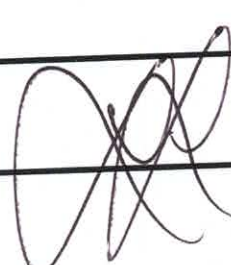
ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Data da Elaboração: 09/01/2025

| Integrante | Nome | Matrícula |
|------------|---------------------------|--|
| Secretário | | |
| Técnico | | |
| Técnico | JORGE ALBERTO DE OLIVEIRA |  |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Introdução

- Exigência Legal: Artigo 18, caput e parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.
- Regulamentação: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Definição normativa: Estudo Técnico Preliminar – ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base aos projetos a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Objeto da pretendida contratação: Compra de peças e/ou acessórios em geral, novas originais e/ou genuínas e/ou de primeira linha, e mão de obra, que serão utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada pertencente a frota oficial ou que venham a ser incorporados a frota do Município das máquinas pesadas ou que estão sob a responsabilidade do Município de Curiúva.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de contratação surge devido à deterioração e desgaste das máquinas pesadas utilizadas pela administração pública em suas operações, desempenham papéis fundamentais em projetos de construção, manutenção de estradas, obras de infraestrutura, e até mesmo em situações de emergência, como resgate e remoção de entulho em casos de desastres naturais. O problema a ser resolvido reside na necessidade de garantir que essas máquinas permaneçam em condições operacionais ideais. A manutenção adequada é crucial para evitar falhas mecânicas, paralisações não programadas, e garantir a segurança tanto dos operadores quanto do público em geral. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação de serviços de manutenção para máquinas e peças pesadas visa assegurar a continuidade e eficiência das operações relacionadas a obras públicas e serviços essenciais. Ao investir na manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos, o órgão público está contribuindo para a segurança, eficiência e qualidade das atividades que impactam diretamente a comunidade, promovendo assim o bem-estar geral e o desenvolvimento sustentável da região.

2 – PLANOS ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Este previsto dentro do plano anual de todas as secretarias disponível no site www.curiuva.pr.gov.br na guia diário oficial online. Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços de manutenção serão efetuados de forma parcela conforme a necessidade de sua secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

- b. Verifique se a empresa de manutenção possui licenciamento adequado para operar na região.
- c. Certifique-se de que a equipe técnica tenha as certificações necessárias para lidar com os equipamentos específicos.
- d. Avaliar a experiência da empresa na manutenção de máquinas pesadas.
- e. Garanta que a empresa cumpra todas as normas de segurança aplicáveis durante a execução dos serviços de manutenção. (hoje o município já conta com um técnico em segurança do trabalho).
- f. Solicitar um orçamento detalhado que inclua todos os custos associados à manutenção, evitando surpresas financeiras posteriormente.
- g. Certifique-se de que a empresa oferece garantia para o trabalho realizado, garantindo a qualidade e durabilidade da manutenção.
- h. Os serviços de manutenção serão rigorosamente fiscalizados através de fiscal Responsável do município, que poderá não os aceitar, no total ou em parte, se os mesmos deixarem de atender às exigências contratuais.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | % MINIMO DE DESCONTO | Valores | VALOR TOTAL DO ITEM |
|------------------|--|--------------------------------------|------------------------------------|---------------------|
| 01 | Peças novas originais e/ou genuínas que serão utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada. | 10% | 450.000,00 por ano. Peças. | 450.000,00 |
| | Peças novas de primeira linha utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada. | | | |
| | Mão de obra de serviços mecânico para maquinas pesadas / total de 600 horas de serviços. | Vlr hora mecânica 198,56 por hora | Total de horas 1.000 h por ano. | 198.560,00 |
| TOTAL DO ITEM 01 | | | | 648.560,00 |

5 – LEVANTAMENTOS DE MERCADO

Com base nos levantamentos de 2024, relatório em anexo que estabelece os valores máximos e o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de serviços foram realizadas pesquisas usando a ferramenta banco de preços. A metodologia adotada para calcular a estimativa do valor da contratação considerou os preços unitários referenciais obtidos nas pesquisas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Esses preços unitários referenciais foram ponderados com base na média das pesquisas, resultando em um valor total estimado.

Optamos por realizar a presente Aquisição/Contratação, através do Sistema de Pregão disposto no art. 6º, inciso XLV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6 – ESTIMATIVA VALOR DA CONTRATAÇÃO

Será feita uma consulta aos gastos orçamentários de anos anteriores ou ordem de compra para despesas relacionadas à compra de peças e serviços para a manutenção de máquinas pesadas da frota. O valor estimativo pelo gastos no ano passado, será de VALOR MÁXIMO: R\$648.560,00 (seiscentos e quarenta e oito mil e quinhentos e sessenta reais) em gasto anuais, podendo ser alterado, através do parecer contábil e liberação de dotações compatível com equilíbrio financeiro do município através da contabilidade/ controle financeiro do município, as fontes de pagamentos serão demonstradas na junto ao pedido de empenho.

7 – DESCRIÇÕES DA SOLUÇÃO

Trata-se de regime de Contratação na modalidade de pregão, na qual a Administração opta por adquirir determinados serviços diretamente de um fornecedor, com a realização de um processo licitatório. Este tipo de contratação é respaldado por legislação específica.

ASPECTOS RELEVANTES:

A aquisição de peças originais ou genuínas para a manutenção da frota de tratores e máquinas pesadas do Município requer uma abordagem criteriosa e orientada para garantir a qualidade e eficiência dos serviços. Abaixo estão os aspectos relevantes a serem considerados neste processo de compras.

Qualidade e Confiabilidade: A utilização de peças originais ou genuínas é fundamental para manter a performance e durabilidade dos equipamentos. Essas peças são projetadas e testadas para atender aos padrões específicos do fabricante, garantindo o funcionamento seguro e eficaz dos tratores e máquinas pesadas.

Durabilidade e Redução de Custos: Peças de qualidade inferior podem comprometer a durabilidade dos equipamentos e aumentar os custos de manutenção a longo prazo. Investir em peças originais ou genuínas contribui para minimizar paradas não programadas e otimizar a eficiência operacional.

Disponibilidade e Agilidade: Estabelecer um registro de preços com fornecedores confiáveis e qualificados garante a disponibilidade imediata de peças quando necessário, reduzindo o tempo de inatividade dos equipamentos e garantindo a continuidade dos serviços municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Garantia e Suporte Técnico: Peças originais ou genuínas normalmente vêm com garantia do fabricante, oferecendo maior tranquilidade quanto à sua confiabilidade. Além disso, esses fornecedores costumam oferecer suporte técnico especializado, auxiliando na correta aplicação e instalação das peças.

Transparência e Eficiência Orçamentária: O pregão promove transparência na gestão dos recursos públicos, permitindo a comparação de preços e condições entre diferentes fornecedores. Isso possibilita a obtenção das melhores condições de compra, alinhadas com a política de eficiência orçamentária do município.

Padronização e Compatibilidade: Ao optar por peças originais ou genuínas, garante-se a compatibilidade com as especificações técnicas dos equipamentos, evitando problemas de desempenho ou segurança.

Sustentabilidade e Responsabilidade Social: A escolha de peças originais ou genuínas também pode refletir o compromisso do município com práticas sustentáveis e responsáveis, ao promover o uso eficiente de recursos e reduzir o impacto ambiental associado a peças de baixa qualidade.

Considerando esses aspectos, o pregão para aquisição de peças originais ou genuínas e serviços de Mão de obra mecânica é uma estratégia fundamental para garantir a eficiência e confiabilidade da manutenção da frota municipal, contribuindo para a prestação de serviços públicos de alta qualidade à comunidade.

8 – JUSTIFICATIVA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Os materiais peças e serviços para a manutenção das máquinas pesadas tem prazo Máximo de execução de entrega até 31/12/2025. Ocorre que a divisão do objeto, em itens ou lotes, não é uma regra absoluta, admitindo-se o não parcelamento, quando devidamente justificado. Via de regra, o parcelamento do objeto em parcelas Menores tende a aumentar a competitividade e, conseqüentemente, as chances de alcançar propostas mais vantajosas. Todavia, a contratação de uma única empresa para a execução destas entregas acima referenciadas se apresenta economicamente mais recomendável sendo realizada em um objeto único, uma vez que o parcelamento importaria maior dispêndio aos cofres públicos com custos, pois ficaríamos na dependência de entrega de não um, mas vários fornecedores para uma mesma manutenção, ficando correto um único para facilitar que os profissionais gerenciem melhor a cada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

100019

manutenção e cada serviços executados e suas entregas. E facilitando a garantia pois o mesmo que fornece a peças, faz o serviços e da garantia total de peças e serviços.

9 – RESULTADO PRETENDIDO

Atender as demandas com os serviços para a prestação de serviços técnico especializado (manutenção preventiva e corretiva) através de serviços mecânico nas maquinas pesadas de diversas marcas e modelos pertencentes ao município e utilizados pelas secretarias que compõem ainda fornecimento de peças/acessórios destinados aos referidas maquinas.

10 – PROVIDÊNCIAS CELEBRAÇÃO CONTRATO

Os pedidos deveram ser entregues quando solicitados em um prazo Máximo de 48 horas, não sendo aceito peças sem origem, ou peças usadas, quando da recusa da peça enviada a mesma tem que providencia a troca imediata, para o bom funcionamento do parque de maquinas, bem como os serviços mecânicos deverão ser prestados quando solicitados no mesmo prazo máximo, deverá o proponente oferecer serviços de transporte da maquina ou equipamento quando necessária manutenção em oficina própria, quando não, fazer a manutenção em pátio da prefeitura municipal, o transporte deve conter seguro.

As peças deverão ser novas originais e/ou genuínas e/ou de primeira linha, aquelas que são utilizadas na montagem das maquinas pelo fabricante ou para revenda das concessionárias autorizadas, os serviços mecânicos terão a garantia igual a garantia da peça trocada.

Comprovação de qualificação técnica:

- A empresa deverá ter o objeto do contrato social compatível com a presente licitação,
- Atestado de capacidade técnica emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou fornecimentos compatíveis com o objeto do presente certame, indicando a qualidade do atendimento, cumprimento de prazos com reconhecimento de firma se for emitido por entidade privada.
- Comprovação que a empresa proponente é proprietária ou mantém contrato com empresa de auto-socorros, de no mínimo 01 caminhão plataforma para maquinas pesadas em perfeitas condições de uso, para atendimento no transporte das maquinas para as suas manutenções.
- Declaração de seguro contra sinistros quanto ao transporte ou permanência do bem em manutenção.
- Declaração que tem local apropriado para manutenção das maquinas em local cobertos e todas ferramentas e equipamentos mínimos para execução dos serviços licitados.
- Certificado de curso de mecânico pertinente ao objeto licitado, acompanhado da comprovação do vinculo empregatício na função de mecânico do curso.
- Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico pela execução do objeto até o seu recebimento definitivo pelo Contratante, devendo a declaração conter o nome, CPF e assinatura do representante legal da empresa, bem como o nome, nº do registro e assinatura do profissional da empresa. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do órgão licitador. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- O profissional designado como responsável técnico deverá ter formação em Engenharia Mecânica ou Mecatrônica.
- Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU (pessoa física), do responsável técnico (conforme discriminação das atividades profissionais determinadas através da Resolução nº218 de 29/06/1973 – CONFEA, ou pela Resolução nº 21 de 05/04/2012 - CAU).
- **ENTREGA**
- Os materiais solicitados devem ser entregues dentro do município nos locais solicitados pelas secretarias, ou seja, no local oficina pátio de obras, não temos hoje um local para o estoque, e sempre fazemos pedidos em quantidades pequenas de peças o que causa reclamações, ou seja, a necessidade que o fornecedor seja de cidade próxima, e que tenha conhecimento de nossa geografia. A opção pela modalidade de pregão é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade. Dentre as alegações aponto: Há diversas vantagens da forma do pregão eletrônico, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão e facilidade na negociação, verificação das condições de habilitação e execução da proposta em que se relaciona a entrega esclarecimento das quantidades e locais de entrega e forma de entrega.
- **QUANTIDADES PEDIDAS.**
- As quantidades pedidas podem ser pequenas fracionadas ou em grandes quantidades, tudo dependendo da necessidade dos serviços a serem feitos, o município não fica sujeito a fechamento de pedido para a entrega, ou seja, independente de quantidades os mesmos tem que ser entregues no prazo.
- **ENTREGA**
- Os materiais solicitados/serviços devem ser entregues dentro do município nos locais solicitados pelas secretarias nas quantidades pedidas, e no caso de manutenção em oficina própria do fornecedor o mesmo deve seguir as informações a cima no transporte das máquinas.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21- esta totalmente ligada a publicações de atualizações das tabelas das montadoras.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Práticas de Sustentabilidade:

Durabilidade e Reutilização: Escolher peças de alta durabilidade que minimizem a necessidade de substituição frequente, contribuindo para a redução de resíduos e o aproveitamento máximo dos recursos.

Descarte Responsável: Estabelecer políticas de descarte responsável para as peças usadas, promovendo a reciclagem e o correto tratamento de materiais, em conformidade com as regulamentações ambientais locais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Análise de Ciclo de Vida: Avaliar o ciclo de vida das peças desde a fabricação até o descarte, considerando os impactos ambientais em todas as etapas e buscando constantemente alternativas mais sustentáveis. Ao adotar esses critérios e práticas de acessibilidade e sustentabilidade na aquisição de peças para a manutenção da frota municipal, o Município não apenas garante a eficiência operacional de seus equipamentos, mas também demonstra um compromisso com a preservação ambiental e a responsabilidade social.

13 – ANÁLISES DE RISCO

A matriz de risco a seguir considera diversos fatores que podem impactar aquisição de peças originais ou genuínas destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de tratores e máquinas pesadas do Município visando identificar e classificar os possíveis riscos associados a esse processo.

Fator de Risco Probabilidade Impacto Severidade Ações Preventivas

| Fator de risco | Probabilidade | Impacto | Severidade | Ações preventivas |
|---|---------------|---------|------------|---|
| Escassez de Fornecedores | Alta | Médio | Alta | Buscar fornecedores Alternativos. |
| Aumento súbito de preços. | Média | Alto | Alta | Estabelecer contratos com preços fixos por período. |
| Qualidade inferior Das peças | Baixa | Alto | Média | Realizar inspeções de Qualidade rigorosa. |
| Atraso na entrega das peças | Média | Médio | Média | Manter estoque de segurança ou buscar fornecedores mais confiáveis. |
| Mudanças nas especificações técnicas dos equipamentos | Baixa | Alto | Média | Manter comunicação regular com os fabricantes para atualizações |

14 – CONCLUSÃO

Fundamentação: Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável e razoável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

Jorge Alberto de Oliveira
Dir. do Dept. de Compras
RG: 13.367.551-5 - SSP/PR



TERMO DE REFERÊNCIA

1. SECRETARIA SOLICITANTE

1.1 Secretarias Municipais de
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente / Municipal de Obras e Urbanismo

2. OBJETO

2.1 Compra de peças e/ou acessórios em geral, novas originais e/ou genuínas e/ou de primeira linha, e mão de obra, que serão utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada pertencente a frota oficial ou que venham a ser incorporados a frota do Município das máquinas pesadas ou que estão sob a responsabilidade do Município de Curiúva.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Justificativa da necessidade da contratação

A necessidade de contratação surge devido à deterioração e desgaste das máquinas pesadas utilizadas pela administração pública em suas operações, desempenham papéis fundamentais em projetos de construção, manutenção de estradas, obras de infraestrutura, e até mesmo em situações de emergência, como resgate e remoção de entulho em casos de desastres naturais.

O problema a ser resolvido reside na necessidade de garantir que essas máquinas permaneçam em condições operacionais ideais. A manutenção adequada é crucial para evitar falhas mecânicas, paralisações não programadas, e garantir a segurança tanto dos operadores quanto do público em geral. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação de serviços de manutenção para máquinas e peças pesadas visa assegurar a continuidade e eficiência das operações relacionadas a obras públicas e serviços essenciais. Ao investir na manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos, o órgão público está contribuindo para a segurança, eficiência e qualidade das atividades que impactam diretamente a comunidade, promovendo assim o bem-estar geral e o desenvolvimento sustentável da região.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

4.1 ITENS, QUANTIDADES E DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS

Tabela abaixo representa a demanda de cada secretaria municipal.

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | % MINIMO DE DESCONTO | Valores | VALOR TOTAL DO ITEM |
|------|--|----------------------|----------------------------|---------------------|
| 01 | Peças novas originais e/ou genuínas que serão utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada. | 10% | 450.000,00 por ano. peças. | 450.000,00 |
| | Peças novas de primeira linha | | | |

| | | | | |
|--|--|--------------------------------------|------------------------------------|------------|
| | utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos da linha pesada. | | | |
| | Mão de obra de serviços mecânico para máquinas pesadas / total de 600 horas de serviços. | Vlr hora mecânica 198,56 por hora | Total de horas 1.000 h por ano. | 198.560,00 |
| | TOTAL DO ITEM 01 | | | 648.560,00 |

Maquinas a serem feito os serviços e peças.

| PLACA | MARCA | MODELO | ANO |
|------------------|------------------------|---|------|
| JCB -2020 | JCB | RETROESCAVADEIRA | 2020 |
| JCB 2020 | JCB | PÁ RETROESCAVADEIRA | 2020 |
| TRATOR TL 5100 | NEW HOLLAND | TRATOR TL 5100 | 2024 |
| JCB-2020 | JCB | PÁ JCB Modelo 422 ZX com motor turbo diesel de 130 HP | 2020 |
| RETROESCAVADEIRA | Caterpillar | CAT 416E | 2013 |
| Motoniveladora | Caterpillar | CAT 120K | 2013 |
| PATROLA | Caterpillar | CAT 86 | 1993 |
| PÁ CARREGADEIRA | Caterpillar | 924F | 1999 |
| RETROESCAVADEIRA | JCB | JCB-2018 | 2019 |
| ESCAVADEIRA | XCMG | XE215BR | 2018 |
| Rolo compactador | BOMAG | BW211D-40 | 2018 |
| TRATOR | Trator Massey ferguson | TMF275 | 2007 |
| Motoniveladora | XCMG | 1803BR | 2020 |
| PÁ CARREGADEIRA | XCMG | LW300KV | 2021 |
| PÁ CARREGADEIRA | XCMG | LW300KV | 2021 |
| Motoniveladora | XCMG | GR 1803BR | 2022 |
| MINICARREGADEIRA | BOB CAT | M0659 | 2022 |
| TRATOR | LANDINI | Brutus 80 | 2022 |
| LW300BR | XCMG | PÁ CARREGADEIRA | 2024 |

4.2 VALOR GLOBAL ESTIMADO.

4.2.1 O valor global para tanto com base nos gastos de anos anteriores conforme o relatório em anexo R\$ 648.560,00 (seiscentos e quarenta e oito mil e quinhentos e sessenta reais).

4.2.2 A contratada deverá emitir nota fiscal eletrônica idêntica às informações contidas na nota de Empenho.

4.2.3 Deverá recolher todos os tributos obrigatórios no corpo da nota fiscal.

4.2.4 O pagamento será através de transferência bancária.

4.2.5 Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), como os mesmos dados da ata/contrato.

4.2.6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento definitivo dos produtos.

4.2.7 Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento, será contado a partir da data de regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 A Empresa fica obrigada a entregar o produto da forma solicitada pelo setor requisitante. Neste caso deverá ser entregue a quantidade total solicitada no empenho, exceto nos casos que poderá ocorrer o fracionamento a critério da Contratante.

5.1.1 A solicitação será feita através da Nota de Empenho. O envio da Nota de Empenho à CONTRATADA poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação.

5.2 O objeto deverá ser entregue em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de recebimento da respectiva nota de empenho.

5.2.1 É de responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

5.2.2 O descarregamento dos produtos é de inteira responsabilidade da contratada, que deverão dispor de pessoal para o descarregamento, arcando com todos os custos na contratação de pessoal para auxiliar no processo.

5.2.3 Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade garantia das peças de fabrica, bem como a garantia dos serviços devem seguir o mesmo tempo da peça, quando não houver peças e somente serviços a serem executados, os mesmos terão garantia de 90 (noventa) dias corridos.

5.3 A entrega dos itens será nos endereços informados pela Secretarias Municipais citadas acima.

5.4 O prazo da referida contratação será vigente até o fornecimento total dos produtos licitados ou de 12 (doze) meses.

5.6 Os produtos a serem fornecidos deverão ser de boa qualidade, atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se espera conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 A CONTRATADA obriga-se a:

6.1.1 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das

especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

6.1.2 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com versão em português, e da relação da rede e de assistência técnica autorizada.

6.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.1.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de cinco (02) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos.

6.1.5 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

6.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

6.1.8 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.1.9 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.1.10 Obedecer às especificações dos produtos, observando a qualidade e prazos exigidos no edital, bem como a marca constante na proposta apresentada.

6.1.11 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos até os locais indicados pela contratante, como também pelos custos a ele inerentes.

6.1.12 Entregar os materiais no prazo estabelecidos no termo de referência.

6.1.13 Colocar a disposição da contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos

bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. 100026

6.1.15 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento porventura efetuado pela contratante.

6.2 O CONTRATANTE obriga-se:

6.2.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário e dar o aceite caso os bens estejam de acordo com todas as especificações do Edital e da Proposta.

6.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

6.2.3 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

6.3 As demais obrigações pertinentes serão exclusivamente ao objeto da licitação, a ser estabelecido pelo Departamento de Licitações em relação ao CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme legislação aplicável.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1 O objeto será recebido:

7.1.1 **Provisoriamente** em até 01 (um) dias úteis, a partir da notificação do contratado, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação. Se for constatada qualquer desconformidade com a especificação, a contratada deverá substituir os produtos, no prazo Máximo de 02 (dois) dias úteis, a partir do recebimento de comunicado formal da contratante, sem qualquer ônus ao Município.

7.1.2 **Definitivamente**, após o prazo acima mencionado mediante verificação e constatação de que o produto adequando está de acordo com as especificações do Edital.

7.1.3 A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

7.1.4 O não cumprimento das condições dispostas no item acima acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital.

8. HABILITAÇÃO

8.1 Apresentação de documentos necessários e exigíveis por parte da Licitante, necessários à habilitação ao certame, a serem estabelecidos pelo Departamento de Licitações.

9. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 No julgamento e classificação das propostas serão adotados o critério de menor preço por item e o maior desconto, sendo levados em consideração também, critérios objetivos definidos no Edital, que não deverão contrariar as normas e princípios estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A dotação orçamentária a ser utilizada à aquisição dos bens acima descritos será apresentada pela secretaria solicitante no ato de empenho.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A fiscalização do contrato ficará a cargo do Douglas Delfino, o qual terá entre outras, as seguintes atribuições:

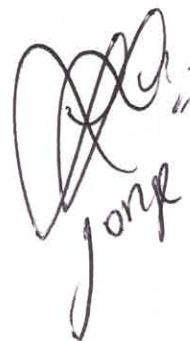
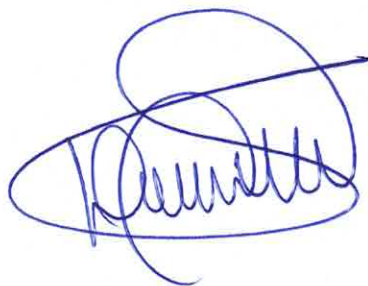
11.1.1 Verificar se o fornecimento está sendo cumprido nos termos do Edital, seus anexos e Contrato, assim como dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao Gestor do Contrato para providências cabíveis.

11.1.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

11.1.3 O Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando

dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.1.4 Será responsável pela gestão do Contrato o Sr. Reinaldo Vicentin denominado Gestor do Contrato.





Prefeitura Municipal de Curiúva - 2024
Saldo do contrato

| Contrato | | | | Aditivo | | Anulação | | Transferido Ata | | Requisição de compra | | Saldo | | |
|---|----------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-----------------|------------|----------------------|------------|-------------|----------------------------|--|
| Quantidade | Valor unitário | Valor total | Quantidade | Valor total | Quantidade | Valor total | Quantidade | Valor total | Quantidade | Valor total | Quantidade | Valor total | | |
| Sequência: 1879 - Ata de registro de preços: 582023/2023 | | | | | | | | | | | | | Fim da vigência atualizada | |
| Código: 21870 - 7 Nome: TKBR IMPORTAÇÃO DE MAQUINAS E | | | | | | | | | | | | | 17/07/2024 28/07/2024 | |
| Licitação: Pregão - 189 000022/2023 | | | | | | | | | | | | | Fim da vigência | |
| CPF/CNPJ: 08.671.846/0001-65 Telefone: | | | | | | | | | | | | | 18/07/2023 | |
| Lote: 001 | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Item: 001 | | | | | | | | | | | | | 124.833,53 | |
| Produto: 9040 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MAQUINAS PESADAS | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Local: 000127 PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Solicitante: 001457 REINALDO VICENTIN | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Item: 002 | | | | | | | | | | | | | 111.065,28 | |
| Produto: 6915 PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Local: 000127 PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Solicitante: 001457 REINALDO VICENTIN | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Lote: 002 | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Item: 001 | | | | | | | | | | | | | 42.850,50 | |
| Produto: 9040 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MAQUINAS PESADAS | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Local: 000127 PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Solicitante: 001457 REINALDO VICENTIN | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Item: 002 | | | | | | | | | | | | | 100.000,00 | |
| Produto: 6915 PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Local: 000127 PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Solicitante: 001457 REINALDO VICENTIN | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Total | | | | | | | | | | | | | 335.898,81 | |
| Sequência: 1974 - Contrato: 40/2024 | | | | | | | | | | | | | Fim da vigência atualizada | |
| Código: 21870 - 7 Nome: TKBR IMPORTAÇÃO DE MAQUINAS E | | | | | | | | | | | | | 31/12/2024 | |
| Licitação: Pregão - 189 000022/2023 | | | | | | | | | | | | | Fim da vigência | |
| CPF/CNPJ: 08.671.846/0001-65 Telefone: | | | | | | | | | | | | | 29/07/2024 | |
| Lote: 001 | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Item: 001 | | | | | | | | | | | | | 3.717,97 | |
| Produto: 9040 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MAQUINAS PESADAS | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Local: 000127 PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Solicitante: 001457 REINALDO VICENTIN | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Item: 002 | | | | | | | | | | | | | 67.907,63 | |
| Produto: 6915 PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Local: 000127 PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Solicitante: 001457 REINALDO VICENTIN | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Lote: 002 | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Item: 001 | | | | | | | | | | | | | 42.850,50 | |
| Produto: 9040 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MAQUINAS PESADAS | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Local: 000127 PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Solicitante: 001457 REINALDO VICENTIN | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |

Obs: Este relatório demonstra o valor do contrato, seus aditivos e requisições de compras emitidas. Não demonstra o saldo real executado do contrato, caso tenha req. de compras ainda não empenhadas.



Prefeitura Municipal de Curiuva - 2024

Saldo do contrato

| Contrato | | | Aditivo | | | Anulação | | | Transferido Ata | | | Requisição de compra | | | Saldo | | |
|--|----------------|-------------|------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|-----------------|-------------|-------------|----------------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| Quantidade | Valor unitário | Valor total | Quantidade | Valor total | Valor total | Quantidade | Valor total | Valor total | Quantidade | Valor total | Valor total | Quantidade | Valor total | Valor total | Quantidade | Valor total | Valor total |
| Local: 000127 PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Solicitante: 001457 REINALDO VICENTIN | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 235.503,19 | | 235.503,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.907,63 | 67.907,63 | 67.907,63 | 167.595,56 | 167.595,56 | 167.595,56 |
| Total | 806.905,19 | 806.905,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 235.503,19 | 235.503,19 | 235.503,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 403.806,44 | 403.806,44 | 403.806,44 | 167.595,56 | 167.595,56 | 167.595,56 |

Critério de seleção:

- Licitação
- Exercício: 2023
- Número: 22
- Modalidade: Pregão

Obs: Este relatório demonstra o valor do contrato, seus aditivos e requisições de compras emitidas. Não demonstra o saldo real executado do contrato, caso tenha req. de compras ainda não empenhadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR.
AVENIDA ANTONIO CUNHA Nº 81

Responsável: SETOR DE COMPRAS - E SECRETARIAS
MUNICIPAIS

CNPJ: 76.167.725/0001-30

Telefone: (43) 99169-8335 Departamento: COMPRAS

Relatório de Cotação: Mão de Obra mecanica Pesada Maquinas

Pesquisa realizada entre 08/01/2025 09:44:32 e 08/01/2025 09:46:43

Relatório gerado no dia 08/01/2025 09:47:33 (IP: 170.233.6.245)

Observações Gerais: Mão de Obra mecanica Pesada Maquinas

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmetica dos preços obtidos - Preço calculado com base na media aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Metodo matemático aplicado para a definição do valor estimado."

| Item | Preços | Quantidade | Preço Estimado | Percentual | Preço Estimado Calculado | Total |
|--------------------------------|--------|------------|-----------------|------------|--------------------------|------------|
| 1) mão de obra mecanica pesada | 4 | 1 Hora | R\$ 198,56 (un) | - | R\$ 198,56 | R\$ 198,56 |

Valor Global: R\$ 198,56

Detalhamento dos Itens

Item 1: mão de obra mecanica pesada

| Preço Estimado: R\$ 198,56 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R\$ 198,56 | Média dos Preços Obtidos: R\$ 198,56 |
|---------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| Quantidade | Descrição | Observação | |
| 1 Hora | mão de obra mecanica pesada | | |

R\$ 120,00

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

Inc II Art. 6º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Período: 12/07/2024 à 08/01/2025; Palavra Chave: mão obra mecanica pesada; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor;



Órgão: MUNICIPIO DE QUATRO IRMAOS
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de peças e serviços para conserto do Onibus IRU-9082
Descrição: MÃO DE OBRA MECANICA PESADA - MÃO DE OBRA MECANICA PESADA

Data: 20/11/2024 10:31
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 04215994000114-1-000131/2024
Lote/Item: 1/11
Ata: N/A
Homologação: 16/08/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 37
Unidade: Unidade
UF: RS

| CNPJ | Razão Social do Fornecedor | Valor da Proposta Final |
|--------------------|-------------------------------|-------------------------|
| 03.958.281/0001-88 | MENIN COMERCIAL AGRICOLA LTDA | R\$ 120,00 |
| *VENCEDOR* | | |

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

| | | | | | |
|---------|---------------|----------------------|------------------|----------------|--------------------|
| Estado: | Cidade: | Endereço: | Nome de Contato: | Telefone: | Email: |
| RS | Quatro Irmãos | R MAURICIO KAUTZ, 35 | Gustavo | (54) 3614-1019 | menin@tolrs.com.br |

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Mediana das Propostas Finais
Inc. II Art. 5º da Lei 85 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 174,75

Filtros Utilizados: Período: 12/07/2024 à 08/01/2025; Palavra Chave: mao obra mecanica pesada; Apenas Materiais; Operador:
IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA SERRA
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, elétricos e de chapeação para manutenção veicular, em atendimento à Nova Lei de Licitações, Lei Federal nº 14.133/2021
Descrição: MÃO DE OBRA MECÂNICA para manutenção e conserto de VEÍCULOS PESADOS
- MÁQUINAS - MÃO DE OBRA MECÂNICA para manutenção e conserto de VEÍCULOS PESADOS - MÁQUINAS

Data: 12/11/2024 08:31
Modalidade: Pregão Eletrônico (14.133/21)
SRP: NÃO
Identificação: 0032/2024
Lote/Item: 7/1
Ata: Link Ata
Homologação: 12/11/2024 15:51
Fonte: www.banrisul.com.br
Quantidade: 400
Unidade: HORA
UF: RS

| CNPJ | Razão Social do Fornecedor | Valor da Proposta Final |
|--------------------|---|-------------------------|
| 88.097.969/0001-73 | REFORMAQ INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES ROD LTDA | R\$ 149,50 |
| *VENCEDOR* | | |

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

| | | |
|---------|---------|---------------------------|
| Estado: | Cidade: | Endereço: |
| RS | Guaporé | R MARECHAL FLORIANO, 1960 |

94.845.211/0001-79 OFICINA DO MELAO LTDA

R\$ 200,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

| | | | | |
|---------|----------------|-----------------------|----------------|--------------------------|
| Estado: | Cidade: | Endereço: | Telefone: | Email: |
| RS | Venâncio Aires | ROD RSC 287 KM 67, SN | (51) 9637-8058 | oficinamelao@hotmail.com |

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Mediana das Propostas Finais
Inc. II Art. 5º da Lei 85 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 149,50

Filtros Utilizados: Período: 12/07/2024 à 08/01/2025; Palavra Chave: mao obra mecanica pesada; Apenas Materiais; Operador:
IgualQtdFornecedor:



Órgão: MUNICIPIO DE SAO PEDRO DA SERRA
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, elétricos e de chapeação para manutenção veicular, em atendimento à Nova Lei de Licitações, Lei Federal nº 14.133/2021
Descrição: MÃO DE OBRA MECÂNICA para manutenção e conserto de VEÍCULOS PESADOS - MÁQUINAS - MÃO DE OBRA MECÂNICA para manutenção e conserto de VEÍCULOS PESADOS - MÁQUINAS

Data: 12/11/2024 08:30
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: 93235968000188-1-000189/2024
Lote/Item: 1/7
Ata: N/A
Homologação: 12/11/2024 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 400
Unidade: h
UF: RS

| CNPJ | Razão Social do Fornecedor | Valor da Proposta Final |
|--------------------------------------|---|---------------------------|
| 88.097.969/0001-73 | REFORMAQ INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES ROD LTDA | R\$ 149,50 |
| *VENCEDOR* | | |
| Marca: | | |
| Fabricante: Fabricante não informado | | |
| Modelo: | | |
| Descrição: Descrição não informada | | |
| Estado: | Cidade: | Endereço: |
| RS | Guaporé | R MARECHAL FLORIANO, 1960 |

Preço (Outros Entes Públicos) 4: Mediana das Propostas Finais R\$ 350,00
Inc. II Art. 5º da IN 55 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Período: 12/07/2024 à 08/01/2025; Palavra Chave: mao obra mecanica pesada; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor;

Órgão: MUNICIPIO DE MANOEL VIANA
Objeto: Serviço de manutenção revisao da motoniveladora John Deere 620G da Secretaria de Obras.
Descrição: Mao de obra de servicos mecanicos de veiculos pesados e maquinas pesadas. - Mao de obra de servicos mecanicos de veiculos pesados e maquinas pesadas.
Data: 01/11/2024 09:03
Modalidade: Inexigibilidade
SRP: NÃO
Identificação: 91551762000131-1-000167/2024
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 20/08/2024 00:00
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
Quantidade: 2
Unidade: HORA
UF: RS

| CNPJ | Razão Social do Fornecedor | Valor da Proposta Final |
|--------------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| 90.055.054/0022-71 | SLC Maquinas LTDA | R\$ 350,00 |
| *VENCEDOR* | | |
| Marca: | | |
| Fabricante: Fabricante não informado | | |
| Modelo: | | |
| Descrição: Descrição não informada | | |
| Endereço: | | |





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 -
Banrisul www.banrisul.com.br

Data: 08/01/2025
Acessar a fonte 09:45:02
aqui

2 - Portal Nacional de Contratações
Públicas

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 08/01/2025
Acessar a fonte 09:44:33
aqui





Prefeitura Municipal de Curiúva - 2024
EXTRATO DO EMPENHO

000035

Página: 1

| | | | | | | | | | |
|--|--|---|--|------------------|--|--------------------|--|-----------------|--|
| Número | | Tipo | | Emitido em | | Requisição Nº | | Req. Compra Nº | |
| 6641/2024 | | Ordinário | | 03/12/2024 | | 2207 | | | |
| Licitação | | | | Contrato/Aditivo | | | | | |
| Modalidade | | Número | | Sequência | | Contrato | | Aditivo | |
| Sem licitação | | | | | | | | | |
| Credor | | | | | | CPF/CNPJ | | | |
| Fornecedor | | | | | | 07.889.692/0001-10 | | | |
| BAP MOURA COMERCIO DE PURIFICADORES LTDA | | | | | | Bairro | | | |
| Endereço | | | | | | CENTRO | | | |
| R DR. OSVALDO CRUZ, 1051 - SALA 02 | | | | | | FAX | | | |
| Cidade/UF | | CEP | | Matrícula | | Fone | | | |
| Apucarana/PR | | 86800720 | | 27764-9 | | | | | |
| Classificação da despesa | | | | | | | | Saldo anterior | |
| 05 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO | | | | | | | | 1.400,00 | |
| 05.001 MANUTENÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL | | | | | | | | Valor empenhado | |
| 12.361.0003-2017 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL | | | | | | | | 1.400,00 | |
| 4.4.90.52.87.00 MATERIAL DE CONSUMO DE USO DURADOURO | | | | | | | | Saldo atual | |
| 1470 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica | | | | | | | | 0,00 | |
| Código | | Nome | | Marca | | UM | | Quantidade | |
| 4687 | | BEBEDOURO DE ÁGUA | | | | UN | | 1,0000 | |
| | | MODELO TRADICIONAL DE BEBEDOURO INDUSTRIAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX. | | | | | | Valor | |
| | | COM FILTRO | | | | | | 1.400,0000 | |
| | | 02 TORNEIRAS ROSCA/COPO EM LATÃO CROMADO. | | | | | | Valor total | |
| | | APARADOR DE ÁGUA FRONTAL EM CHAPA DE AÇO INOX COM RALO SINFONADO. | | | | | | 1.400,00 | |
| | | PARA BARRAR O MAU CHEIRO PROVENIENTE DO ESGOTO. | | | | | | | |
| | | CAPACIDADE DE 20 LITROS NO RESERVATÓRIO. | | | | | | | |
| | | COM REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOX. | | | | | | | |
| | | RESERVATÓRIO DE ÁGUA (TANQUE INTERNO) EM PP ATÓXICO (POLIPROPILENO). | | | | | | | |
| | | ISOLAÇÃO EM EPS1 | | | | | | | |
| | | GÁS ECOLÓGICO R 134º | | | | | | | |
| | | UNIDADE CONDENSADORA | | | | | | | |
| | | CONTROLE DE TEMPERATURA DE | | | | | | | |
| | | ÁGUA. | | | | | | | |
| | | FÁCIL ACESSO PARA LIMPEZA. | | | | | | | |
| | | COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1310 MM DE ALTURA, 460 MM DE LARGURA, 610 MM | | | | | | | |
| | | DE PROFUNDIDADE | | | | | | | |
| | | PESO APROXIMADO 20 KG. | | | | | | | |
| | | CERTIFICADO NO INMETRO | | | | | | | |

VALOR EMPENHADO REFERENTE A COMPRA DE BEBEDOURO, NO MES DE DEZEMBRO DE 2024, CONFORME DESCRIÇÃO NO MEM Nº 709/2024, DA SME, ANEXO.

| Movimento | Número | Data | Valor |
|-------------------|----------|--------------------|----------|
| Saldos | | | |
| Saldo a liquidar: | 1.400,00 | Saldo a pagar: | 1.400,00 |
| | | Saldo em previsão: | 0,00 |



Prefeitura Municipal de Curiúva
Solicitação 13/2025

Página:1

Equivalente

| | | | |
|-------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|----------------------------|
| Solicitação | Nº solicitante | Emtido em | Quantidade de itens |
| Número | | | |
| 13 | 1 | 05/02/2025 | 4 |
| Contratação de Serviço | | Processo Gerado | |
| Solicitante | | Número | |
| Código | | | |
| 1457-5 | REINALDO VICENTIN | 0/2025 | |
| Local | | | |
| 127 | PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | |
| Órgão | | | |
| 09 | SECRETARIA GERAL DE GOVERNO | | |
| Forma de pagamento | | Tipo | |
| Descrição | | Depósito bancário | |
| APÓS EMISSÃO DE EMPENHO E NF | | | |
| Entrega | | Prazo | |
| Local | | 2 Dias | |
| SECRETARIA GERAL DE GOVERNO | | | |

Descrição:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E/OU ORIGINAIS E DE PRIMEIRA LINHA, TODAS NOVAS, PARA A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE CURIÚVA/PR.

Justificativa:

CONFORME Memorando nº 13/2025

Lote

001 LOTE 01 - COTA PRINCIPAL - CP

| Código | Nome | Unidade | Quantidade | Unitário | Valor |
|--------|---|---------|------------|--------------|-------------------|
| 006915 | PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | UN | 337.500,00 | 1,00 | 337.500,00 |
| | PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | H | 148.920,00 | 1,00 | 148.920,00 |
| 009040 | MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MAQUINAS PESADAS | | | TOTAL | 486.420,00 |

Lote

002 LOTE 02 - COTA RESERVADA - CR

| Código | Nome | Unidade | Quantidade | Unitário | Valor |
|--------|---|---------|------------|--------------|-------------------|
| 006915 | PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | UN | 112.500,00 | 1,00 | 112.500,00 |
| | PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | H | 49.640,00 | 1,00 | 49.640,00 |
| 009040 | MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MAQUINAS PESADAS | | | TOTAL | 162.140,00 |

TOTAL GERAL 648.560,00

Naiara F. Mendes

NAIARA FERREIRA MENDES
Emissor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

SETOR DE LICITAÇÃO

MEMORANDO Nº 15/2025

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
SETOR DE CONTABILIDADE
SETOR JURIDICO
GABINETE

PREZADOS:

Em atenção ao memorando nº 13/2025 do Setor de Compras, vimos através deste, solicitar de Vossa Senhoria informações sobre recursos e dotações orçamentárias, objetivando a abertura de processo licitatório para **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva/PR.**

Após seja encaminhado este processo administrativo ao Setor Jurídico para realização do controle prévio de legalidade, nos termos do art. 53, Lei 14.133/2021.

E, com a informação da existência de dotação orçamentária e parecer jurídico, solicitar autorização ao senhor Prefeito Municipal para a contratação e realização do procedimento licitatório.

Antecipadamente agradecemos.

Curiúva PR, 05 de fevereiro de 2025.


NAIARA FERREIRA MENDES
Setor de Licitações



Prefeitura Municipal de Curiúva
Solicitação 13/2025

Página: 1

Equipamento

| | | | |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------|---------------------|
| Solicitação | Nº solicitante | Emtido em | Quantidade de itens |
| Número | 1 | 05/02/2025 | 4 |
| 13 | | | |
| Contratação de Serviço | | | |
| Solicitante | | Processo Gerado | |
| Código | | Número | |
| 1457-5 | REINALDO VICENTIN | 0/2025 | |
| Local | | | |
| 127 | PLANEJAMENTO, OBRAS E INFRAESTRUTURA | | |
| Órgão | | | |
| 09 | SECRETARIA GERAL DE GOVERNO | | |
| Forma de pagamento | | Tipo | |
| Descrição | | Depósito bancário | |
| APÓS EMISSÃO DE EMPENHO E NF | | | |
| Entrega | | Prazo | |
| Local | | 2 Dias | |
| SECRETARIA GERAL DE GOVERNO | | | |

Descrição:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E/OU ORIGINAIS E DE PRIMEIRA LINHA, TODAS NOVAS, PARA A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE CURIÚVA/PR.

Justificativa:

CONFORME Memorando nº 13/2025

Lote

001 LOTE 01 - COTA PRINCIPAL - CP

| Código | Nome | Unidade | Quantidade | Unitário | Valor |
|--------|---|---------|------------|----------|------------|
| 009040 | MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MAQUINAS PESADAS | H | 148.920,00 | 1,00 | 148.920,00 |
| | Sem Dotação | | 148.920,00 | | 148.920,00 |
| 006915 | PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | UN | 337.500,00 | 1,00 | 337.500,00 |
| | PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | | 337.500,00 | | 337.500,00 |
| | Sem Dotação | | | | |
| TOTAL | | | | | 486.420,00 |

Lote

002 LOTE 02 - COTA RESERVADA - CR

| Código | Nome | Unidade | Quantidade | Unitário | Valor |
|--------|---|---------|------------|----------|------------|
| 009040 | MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MAQUINAS PESADAS | H | 49.640,00 | 1,00 | 49.640,00 |
| | Sem Dotação | | 49.640,00 | | 49.640,00 |
| 006915 | PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | UN | 112.500,00 | 1,00 | 112.500,00 |
| | PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E PRIMEIRA LINHA PARA MAQUINAS PESADAS | | 112.500,00 | | 112.500,00 |
| | Sem Dotação | | | | |
| TOTAL | | | | | 162.140,00 |

TOTAL GERAL 648.560,00

Subtotal por fonte de recurso e conta de despesa

Sem dotação 648.560,00

Geraldo de Mello
Emissor



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, a Pregoeira, ora consulente, encaminha os autos do procedimento licitatório a ser deflagrado na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA. O critério de julgamento das propostas será realizado de acordo com o critério de MAIOR DESCONTO. Será adotado o procedimento auxiliar do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Por meio do certame, a Administração Pública Municipal visa contratar empresa para **a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do Município de Curiúva.** O quantitativo e características do objeto, bem como o preço máximo estimado para o certame estão presentes no Termo de Referência.

Nesse contexto, os autos foram enviados a este Procurador Jurídico para controle prévio de legalidade, conforme determina o art. 53 da Lei nº 14.133/2021. A minuta de edital não consta nos autos e foi encaminhada via e-mail a este Procurador.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O parecer tem o objetivo de assistir a autoridade no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, e § 5º da Lei nº 14.133/2021. Esse controle se dá nos limites da análise jurídica da futura contratação, não



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

abrangendo aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Não cabe a este Procurador Jurídico decidir sobre o mérito das contratações entendidas como necessárias, cuja decisão pertence ao Chefe do Poder Executivo, que a exerce por meio de juízo discricionário de oportunidade e conveniência.

Todas as observações expostas neste parecer partem da premissa de que são **verdadeiros** e **exatos**: os cálculos; as informações; a pesquisa de preços no mercado fornecedor; existência de dotação orçamentária; definição do objeto no que tange à qualidade e quantidade; e justificativa quanto à efetiva necessidade do objeto. Não constitui tarefa deste órgão jurídico tecer considerações sobre os documentos mencionados, **exceto quando constatado erro ou omissão grosseira do Setor responsável pela sua elaboração.**

Convém destacar ainda que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações registradas neste parecer constituem-se em recomendações e, caso a Administração opte por não as acatar, recomenda-se que **motive o ato,** nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/1999¹. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual **responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.**

Todos os aspectos eminentemente técnicos da licitação são de inteira responsabilidade dos agentes públicos competentes, a quem incumbe zelar pela veracidade das informações prestadas nos documentos anexados, observar as normas legais de regência, e as determinações do Tribunal de Contas do Estado

¹ "[...] EXISTÊNCIA DA LEI FEDERAL N. 9.784/99. **APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.** [...]" (STJ - AgRg no RMS 25979 GO 2007/0302874-8; Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE; DJe: 16/04/2013)



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

do Paraná, sem prejuízo de posterior exame do órgão de Controle Interno (artigos 31, caput, e 74, da Constituição Federal; artigo 169 da Lei nº 14.133/2021).

ANÁLISE JURÍDICA

A Constituição Federal, em seu artigo 37, "caput", estabelece que a Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da **legalidade** (o qual estabelece que na lei está o fundamento e o limite das ações da administração), **impressoalidade** (segundo o qual devem ser evitados quaisquer favoritismos ou discriminações impertinentes), **moralidade** (que exige do administrador comportamento correto e honesto), **publicidade** (impondo que os atos e termos emanados do Poder Público sejam efetivamente expostos ao conhecimento de quaisquer interessados) e **eficiência** (o qual obriga a Administração Pública a realizar todos os seus atos com o objetivo de promover o bem comum, de maneira eficaz e qualitativa, evitando esbanjamento e prejuízos ao erário e garantindo maior e melhor rentabilidade social).

Visando à concretização desses princípios, a Constituição Federal determina que a Administração Pública deve realizar licitação prévia para as alienações e contratações de serviços, obras e aquisições (artigo 37, XXI, da Constituição Federal). Também deve realizar licitação para a concessão e permissão dos serviços públicos (artigo 175, da Constituição Federal).

Em suma, a licitação pode ser definida como o procedimento administrativo por meio do qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato. Trata-se, portanto, de uma disputa isonômica ao fim da qual será selecionada dentre as propostas apresentadas, aquela que demonstra ser mais vantajosa aos interesses da



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

administração para realização de obras, serviços, concessões, alienação, compras, entre outros.

A Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório deve ser pautada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias. Além disso, deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

Em linhas gerais, o artigo 18, incisos I a XI, da Lei nº 14.133/2021, estabelece as providências e os documentos que devem instruir a fase de planejamento do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação**, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do **edital de licitação**;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

- VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o **regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia**, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;
- X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI - a **motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei.

O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** da contratação deve conter a descrição da necessidade da contratação, com o desiderato de demonstrar o interesse público envolvido. Também é necessário que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação pretendida pela Administração Pública.

O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

000044

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo **deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação**, e conterá os seguintes elementos:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, do §1º, do art. 18 transcrito acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Em que pese os elementos acima sejam facultativos, deverão ser apresentadas as devidas justificativas quando não forem contemplados.

Descrição da necessidade da contratação:

A descrição da necessidade da contratação é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da Lei nº 14.133/2021, já reproduzidos no presente parecer. Trata-



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração Pública pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado.

Por meio da descrição da necessidade da contratação é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Além disso, é salutar que na descrição da necessidade de contratação seja avaliado se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

É certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente quando prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que a análise sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando os setores competentes a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

No caso concreto, observa-se que **consta** descrição da necessidade administrativa para a contratação.

Da compatibilidade com o plano de contratações anual:

De acordo com o artigo 18, *caput*, da Lei de Licitações, as contratações públicas devem ser compatíveis com o plano de contratações anual.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

No caso concreto, a Administração registrou no Estudo Técnico Preliminar que a contratação está contemplada no Plano de Contratações Anuais do Município de Curiúva.

Do objeto:

De acordo com o art. 18, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos. Nesse ponto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

A despeito da tecnicidade do assunto, aparentemente a Administração Pública Municipal definiu o objeto de forma a contemplar os elementos acima; ademais, os requisitos do art. 18, §1º, incisos IV, V e VI foram atendidos.

Conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

000048

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.[...]

Ocorre que **o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos**, descritos no artigo 40, §2º, da Lei de Licitações:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, §3º:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Conforme preceitua o artigo 87 do Código Civil: *"Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam"*.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

No caso concreto, a Administração apresentou justificativa para NÃO adotar o parcelamento da contratação, de modo que o disposto no art. 18, VIII e §2º, da Lei de Licitações foi atendido.

Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços:

O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021. Para as compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o **caput** deste



artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

No caso concreto, salvo melhor juízo, houve realização de pesquisa de preços para estimar o valor da contratação em patamar compatível com os valores praticados pelo mercado, nos termos descritos na Lei de Licitações.

Levantamento de Mercado:



MUNICÍPIO DE CURIUVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Uma vez identificada a necessidade da contratação, a próxima etapa será buscar as soluções que tenham o potencial de atendê-la.

O art. 44 da Lei nº 14.133/2021 determina que *"Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa"*.

Portanto, a Administração **deve avaliar** os custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis e **indicar** a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. A escolha da solução adotada deve ser expressamente motivada nos autos do processo de licitação. É apropriado mencionar que a alternativa mais vantajosa para a satisfação da necessidade administrativa deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, inciso I, e 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

No caso concreto, não faz sentido algum cogitar-se a hipótese de locação do objeto pretendido, devido à natureza e destinação do objeto. Logo, este Procurador Jurídico compreende que o setor competente cumpriu o disposto no art. 44 da Lei de Licitações.

Análise de riscos:

O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a **análise dos riscos**, que consiste em identificar os principais riscos à contratação; avaliar os riscos identificados, mensurando a probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco; tratar os riscos considerados inaceitáveis, através da definição de ações destinadas a reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou de suas consequências.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação.

No caso concreto, o ETP elaborou análise de riscos.

Descrição da solução:

Salvo melhor juízo, o ETP contempla o disposto no art. 18, §1º, VII: "descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso".

Sobre o art. 18, §1º, XIII, **consta de maneira expressa** um posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. Tal posicionamento pode ser apenas subentendido pelo contexto.

Termo de Referência:

Sobre o Termo de Referência, sua definição está prevista no art. 6º da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

Especificamente em relação às compras, o Termo de Referência também deve conter as exigências do artigo 40, § 1º da Lei de Licitações:

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

§ 4º Em relação à informação de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, desde que fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.

Especificamente em relação aos serviços, o Termo de Referência também deve conter as exigências do artigo 47, da Lei de Licitações:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - **do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.**

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração.

Importa ressaltar que, nos termos do artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, **é vedada a aquisição de bens e contratação de serviços enquadrados na categoria de luxo**, definidos no artigo 10, §2º, do Decreto Municipal nº 26/2024 como o bem *"que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal"*.

Além disso, é imprescindível destacar o conteúdo do art. 41 da Lei de Licitações:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração **poderá excepcionalmente:**

I - **indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:**

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
 - c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
 - d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;
- II - **exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente**, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;
- III - **vedar a contratação de marca ou produto**, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual;
- IV - solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

Parágrafo único. **A exigência prevista no inciso II do caput deste artigo restringir-se-á ao licitante provisoriamente vencedor quando realizada na fase de julgamento das propostas ou de lances.**

No caso dos autos, a Administração **não usará** as faculdades que lhe são conferidas pelo artigo 41 da Lei de Licitações.

Salvo melhor juízo, o Termo de Referência existente nos autos cumpre seu mister.

Da não utilização de minuta padronizada de edital e Termo de Referência:



No caso dos autos, verifica-se que a Administração não utilizou modelo padronizado de Termo de Referência, edital ou de qualquer outro documento, tendo em vista que a Administração Pública do Município de Curiúva ainda não elaborou nenhuma.

Quanto à adoção da modalidade licitatória Pregão:

Quanto à modalidade adotada, a mesma mostra-se escorreita, porquanto deve-se adotar o pregão para aquisição de objetos que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (**consoante o art. 29 da Lei nº 14.133/2021**). Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, o de maior desconto, atende o que determina o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

No caso dos autos, o objeto a ser contratado foi individualizado com as suas especificações usuais de mercado. Também está devidamente indicada a quantidade a ser adquirida.

Conforme expresso na minuta de edital, o critério objetivo escolhido para a obtenção do melhor preço foi o de MAIOR DESCONTO sobre a base da tabela de peças das revendas autorizadas. O valor máximo aceitável para a contratação consta expressamente no edital e, evidentemente, não possuirá caráter sigiloso. O modo de disputa será do tipo "aberto".



Quanto à observância das disposições referentes ao Sistema de Registro de Preços:

O ETP concluiu que a satisfação do resultado pretendido ocorrerá por meio de licitação pela sistemática do registro de preços.

Da análise atenta da documentação existente nos autos, assim como da minuta de edital, constata-se que **foram atendidas** as exigências do artigo 82 e seguintes da Lei de Licitações.

DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

Por força do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (incluindo-se as cooperativas) nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e, para aquisição de bens de natureza divisível, deverá estabelecer quota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

No presente caso, pela minuta de edital, pode-se inferir que a licitação **não é** exclusiva às microempresas, empresas de pequeno porte e similares, já que o único lote que compõe o objeto ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00. Haverá cota reservada, tendo em vista a divisibilidade do objeto.

O art. 44 da LC 123/2006 presume o empate nas hipóteses em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 10% superiores à melhor proposta (a diferença percentual será de 5% em caso de pregão). O empate ficto pressupõe que a melhor proposta tenha sido apresentada por empresa de grande porte, dado que o objetivo é fomentar a contratação de empresas de microempresas e empresas de pequeno porte (art. 45, § 2º).



Em caso de empate ficto, a microempresa ou empresa de pequeno porte com melhor classificação poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 45, I). Caso não seja apresentada proposta mais vantajosa, a Administração convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que estiverem dentro dos limites percentuais do empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (art. 45, II). Se houver duas ou mais entidades empatadas com valores iguais (empate real), a escolha da licitante que poderá oferecer, em primeiro lugar, nova proposta será definida mediante sorteio (art. 45, III). Na hipótese em que as microempresas ou empresas de pequeno porte, devidamente convocadas para desempatarem a licitação, não apresentarem propostas mais vantajosas, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (art. 45, § 1º).

No caso, **é possível extrair da minuta de edital que será assegurado o empate ficto.**

Destarte, salvo melhor juízo, o edital observa o disposto na LC 123/2006.

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Salvo nos casos de registro de preços, a previsão de dotação orçamentária certificada pela autoridade competente é indispensável, na forma do art. 167, inciso II da Constituição Federal; no artigo 60, da Lei 4320/64 (Lei do Orçamento); e no artigo 16, §4º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Da análise detida dos autos, verifica-se que o Departamento de Contabilidade não informou a existência de reserva orçamentária em montante suficiente para o custeio da despesa. Tal situação, entretanto, não constitui óbice ao



prosseguimento do certame, haja vista que se trata de licitação sob a sistemática do registro de preços.

MINUTA DE EDITAL E ANEXOS

O artigo 25 da Lei nº 14.133/2021 trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir. No Município de Curiúva **ainda não há** minuta padronizada de edital de pregão, de modo que não poderia ser adotada ao caso.

O artigo 18, inciso IX, da Lei de Licitações estabelece que a fase preparatória deve ser instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como: **1)** justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto; **2)** justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira; **3)** justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e **4)** justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

Salvo melhor juízo, pode-se concluir que consta no processo a motivação circunstanciada das condições do edital, observadas as particularidades de objeto, tais como a justificativa, a indicação das parcelas de maior relevância/valor, requisitos de qualificação econômico-financeira, critérios de pontuação, julgamento das propostas e participação ou não de consórcio (conforme art. 18, inciso IX, da Lei de Licitações).

Qualquer vedação à participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo. No caso concreto, observa-se que o edital **prevê restrição** à participação de cooperativas e empresas reunidas em consórcio, sob a justificativa de que as empresas atuantes



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

000062

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

no mercado têm, sozinhas, condições de fornecer o objeto da contratação e de suprir os requisitos do Termo de Referência, concorrendo entre si.

Por meio da leitura do edital, pode-se compreender que a Administração **não usará** as faculdades que lhe são conferidas pelo artigo 41, II, da Lei de Licitações.

Em anexo à minuta de edital existe a minuta de **Ata de Registro de Preços**, destinado a assegurar o compromisso de aquisição do objeto pelas futuras contratadas.

Da análise minuciosa da minuta de ARP, pode-se concluir que ela atende as exigências do artigo 92 da Lei de Licitações. Estão presentes em tal instrumento as cláusulas obrigatórias que guardam pertinência com a natureza do objeto, de modo que não há nenhuma correção a ser feita.

É importante dizer que **não foram analisadas: 1)** eventuais impropriedades no uso da língua portuguesa (tais como erros de ortografia, de concordância e regência verbal e nominal); **2)** impropriedades na formatação utilizada no texto; **3)** falhas na numeração de itens e subitens das minutas. **A pregoeira deve atentar-se para corrigir eventuais falhas nesse sentido antes de publicar o edital.**

Em sequência, atendidos os requisitos legais e procedimentais para continuidade da contratação, o Departamento de Licitações deverá prosseguir com as seguintes etapas, a título informativo, no que couber:

1) Publicação do edital no PNCP e de seu extrato no Diário Oficial do Município e jornal de grande circulação².

² Art. 54 da Lei 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

O prazo para apresentação de propostas e lances, contados da data de divulgação do edital, deve respeitar o prazo mínimo de³:

- para aquisição de bens, **8 (oito) dias úteis**, quando utilizado critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto;
- para serviços comuns e obras e serviços comuns de engenharia, **10 (dez) dias úteis**, quando utilizado critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

2) Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório deverá encaminhado à autoridade superior competente para, se for o caso, **adjudicar o objeto e homologar o procedimento, nos termos do art. 71, Lei nº 14.133/2021.**

3) Após finalização do procedimento de contratação, o Departamento de Licitações responsável deverá providenciar a **PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO, com manutenção permanente em sítio eletrônico** oficial da ARP/Contratos e eventuais aditivos no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis** (art. 94, inciso I, da Lei 14.133/2021).

Além disso, o Departamento de Licitações **deve disponibilizar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** os documentos elaborados na fase preparatória que, porventura, não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela POSSIBILIDADE jurídica do prosseguimento do presente processo de licitação.

³ Art. 55 da Lei 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1227, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Curiúva/PR, 07.02.2025.


Fabiano Hussar

Procurador Jurídico

OAB/PR 66351



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE

MEM Nº 23/2025 – Licitações

Curiúva, 10 de fevereiro de 2025.

PREZADA SENHORA

Em atenção ao memorando nº 15/2025, do Setor de Licitação, no qual solicita autorização para abertura de processo licitatório para **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva/PR**, bem como o parecer jurídico retro, venho através deste **AUTORIZAR** a abertura do aludido processo licitatório na forma da Lei.

CHRISTIANO
GIUNTA
BORGES:903728
08972

Assinado de forma
digital por
CHRISTIANO GIUNTA
BORGES:9037280897
2

CHRISTIANO GIUNTA BORGES

Prefeito do Município de Curiúva/PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Pregão Eletrônico n. 06/2025

Processo Administrativo n.12/2025

CONTRATANTE: Município de Curiúva/PR

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$648.560,00 (seiscentos e quarenta e oito mil e quinhentos e sessenta reais).

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior desconto.

MODO DE DISPUTA: Aberto

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: Cota reservada de 25%

DATA DO CERTAME

Data da sessão: 27/02/2025.

Local da realização da sessão: <https://bll.org.br/> - Plataforma: BLL - Compras

INÍCIO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11 de fevereiro de 2025

TERMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 27 de fevereiro de 2025

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 27 de fevereiro de 2025

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ENDEREÇOS:

Email Oficial: licitações@curiuva.pr.gov.br

Telefone: (43) 3545-8609

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO:

Portal de Transparência do Município: <http://www.curiuva.pr.gov.br/index.php?sessao=b0546033683mb0>

Diário Oficial do Município: <http://www.curiuva.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368d1b0>

Mural das Licitações Municipais - www.tce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025

O Município de Curiúva, Estado do Paraná, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para o registro de preços do objeto abaixo descrito. A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 20/2022, pelo Decreto Municipal 26/2024, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como as suas devidas alterações e demais legislação aplicável e condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva.
- 1.2. O percentual de desconto será sobre a tabela das peças das revendas autorizadas.
- 1.3. Não serão aceitas peças sem origem ou usadas e, quando da sua recusa deverá ser providenciada a troca imediata, para o bom funcionamento do parque de máquinas.
- 1.4. Deverá o proponente oferecer serviços de transporte da máquina ou equipamento se houver a impossibilidade de realizar a manutenção no pátio da prefeitura municipal, o transporte deverá conter seguro.

2. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. O preço máximo global estimado deste certame está fixado em **R\$648.560,00** (seiscentos e quarenta e oito mil e quinhentos e sessenta reais), conforme tabela contida no Anexo I.
- 2.2. Por se tratar de licitação para registro de preços não se faz necessária a indicação de dotação orçamentária, devendo ser exigida apenas na formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 3.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail: licitacoes@curiuva.pr.gov.br, por petição dirigida ou protocolada para o endereço: Avenida Antonio Cunha, 81, Centro, Curiúva/PR, ou encaminhados preferencialmente em campo próprio do sistema BLL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- 3.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- a) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de o registro de preços, nos autos do processo de licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão todos os interessados que estiverem previamente credenciados em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br
- 4.2. A participação da licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 4.3. Os participantes deverão atender aos procedimentos previstos no REGULAMENTO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES, disponível no <https://bll.org.br/>, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 4.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.
- 4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.
- 5.2. Esta licitação será dividida em lotes com Cota Principal e Cota Reservada e serão identificados com as siglas CP e CR, respectivamente, na frente da descrição do lote.
- a) A Cota Principal – CP, correspondente em até 75% (setenta e cinco por cento) das quantidades dos Itens do objeto, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Micro empreendedores Individuais – MEI;
- b) A Cota Reservada – CR, correspondente em até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades dos Itens do objeto, destinado à participação exclusiva das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Micro empreendedores Individuais – MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

5.2.1. O fato de existir lote com cota reservada para Micro, Pequena Empresa e MEI's, não exclui sua participação no lote de cota principal;

5.2.2. Com relação aos itens da cota reservada deverá ser observado conforme abaixo:

a) Não havendo vencedor para a cota reservada esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;

b) Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada, ou seja, sempre prevalecerá o menor preço.

5.3. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;

b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por o registro de preços de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

f) que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

g) cooperativas e empresas reunidas em consórcio.

5.3.1. O impedimento de que tratam as letras "a" e "b" do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

5.3.2. O impedimento que trata a alínea "g" é devido, pois as empresas atuantes no mercado têm, sozinhas, condições de fornecer o presente objeto e de suprir os requisitos deste certame, concorrendo entre si.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

5.4. Para participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.5. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

a) A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

a) A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

b) A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

6.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.5. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total do item;
- b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;
- c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço;

6.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada

6.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para o registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na o registro de preços, bem como todas as demais obrigações previstas no termo de referência (Anexo I);

6.9. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data estipulada para a abertura do certame.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexecutável ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

a) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

b) A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. O lance deverá ser ofertado pelo maior desconto (%), salientando que o lance mínimo inicial total é de 20% (vinte por cento).

8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 0,01% (zero vírgula um por cento) sobre o valor unitário do item.

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

8.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.

a) A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

d) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

8.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

8.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

8.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

a) Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.12. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 23, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

a) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a o registro de preços, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

9.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a o registro de preços deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

9.5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.6. Não havendo vencedor para o grupo/item de cota reservada, o objeto poderá ser negociado com o vencedor do respectivo grupo/item de concorrência geral ou, diante de sua recusa, com as licitantes remanescentes deste grupo/item, desde que pratiquem o valor do arrematante.

9.7. Se a licitante for vencedora do grupo/item reservado e do grupo/item correspondente à concorrência geral, prevalecerá o menor preço ofertado ou negociado.

10. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

10.1. O Pregoeiro solicitará à arrematante que envie, no prazo de até 02 (duas) horas da convocação, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação e, se for o caso, dos documentos complementares, nos termos previstos neste edital.

a) É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

10.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

- a) proposta assinada, contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo I;
- b) documentação de habilitação, conforme item 13.

10.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta cadastral da empresa:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- c) Cadastro restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, TCE/PR (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>).

a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário.

b) Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

c) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.5. Dentro do prazo fixado no item 11.1 poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

10.6. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

- a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. O critério de julgamento da presente licitação é o maior desconto.

11.2. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os de menor valor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

11.3. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

11.4. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada.

11.5. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal deste município ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

11.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) conter vícios insanáveis;
- c) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- d) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a o registro de preços;
- e) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- f) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.6. O agente de o registro de preços, o Pregoeiro ou a comissão de o registro de preços poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada.

11.7. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de: a) habilitação jurídica; b) regularidade fiscal, social e trabalhista; c) qualificação econômico-financeira; d) qualificação técnica.

12.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS);
- c) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) ou Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) - expedida a partir de novembro de 2014;
- e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- h) Alvará de licença para funcionamento da sede da licitante expedido pelo órgão responsável, exercício 2025.

12.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

12.5. Documentos relativos à qualificação técnica

- a) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, acompanhado de documento contratual ou equivalente e de nota fiscal correspondente, que comprove que o (a) licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços de natureza e espécie condizentes com o objeto desta licitação, especificados no anexo I deste edital.
- b) Declaração de o proponente possui local apropriado, com cobertura e, todas as ferramentas e equipamentos adequados para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- c) Comprovação que a empresa proponente é proprietária ou mantém contrato com empresa de auto socorro, de no mínimo, 01 caminhão plataforma para máquinas pesadas em perfeitas condições de uso, para atendimento no transporte das máquinas que serão realizadas as suas manutenções.
- d) Declaração de seguro contra sinistros quanto ao transporte ou permanência do bem em manutenção.
- e) Comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, mecânico (s) especializado(s), o qual será obrigatoriamente o profissional detentor de curso técnico em mecânica especializada na linha diesel e maquinas pesadas, mediante a apresentação dos seguintes documentos em cópia autenticada e/ou cópia simples acompanhada do original para autenticação durante a sessão:
- e.1) No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (contendo as folhas que demonstrem o número de registro e a qualificação civil e contrato de trabalho);
- e.2) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede do licitante;
- e.3) No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço com firma reconhecida.
- e.4) O certificado curso técnico em mecânica especializada na linha diesel e maquinas pesadas do (s) respectivo (s) profissional (is), compatível com o objeto da presente licitação, copia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para autenticação durante a sessão.
- e.5) Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico, pela execução total do objeto. O responsável técnico deverá ter formação em engenharia mecânica ou mecatrônica. Esta declaração deverá conter todos os dados pessoais e assinatura do representante legal da empresa, bem como os dados pessoais e assinatura de seu responsável técnico. Saliente-se que o referido responsável técnico no caso de ser substituído deverá ser comunicado ao órgão licitador com máxima urgência. Não será permitido ser técnico responsável por mais de uma proponente.
- e.6) Prova do registro no Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia).

12.6. Declaração Unificada conforme Anexo II

12.7. Nos casos de licitação fracassada, inclusive quanto ao respectivo grupo/item espelho, o Pregoeiro poderá conceder prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, corrigidas das causas que levaram à sua desclassificação/inabilitação.

12.8. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

13.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.bll.org.br para a participação do certame.

13.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

13.2. Na hipótese de restrição relacionada à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

13.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.5. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

13.6. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

15.2.1. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.bll.org.br.

15.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.6. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

15.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.4. As sanções estão previstas no contrato:

a) Caso o(s) fornecedor(es) descumpram o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021 e , se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

a.1) multa moratória de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.2) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c");

a.3) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento

b) Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

15.5. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

15.6. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

15.7. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

15.8. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

15.9. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.

15.10. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

15.11. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio dies interpellat pro homine, previsto no art. 397 do Código Civil).

16. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO PRAZO

16.1. O objeto da presente licitação deverá ser entregue em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da emissão do pedido expedido pelo setor competente, caso a empresa não faça a entrega nos prazos mencionados, a respectiva Secretaria solicitante aplicará as penalidades conforme as condições estabelecidas neste Edital.

16.2. As entregas efetuadas nas Secretarias serão de forma provisória, e se o produto estiver em desconformidade com o pedido será recusado no todo ou em partes, ficando a empresa responsável pela retirada do produto em desacordo com o que foi solicitado e a retirada do produto em desconformidade com o pedido será feita em até 5 (cinco) dias, sendo o produto perecível, decorrido o referido prazo, o município fará o seu descarte.

17.2.1. Não haverá nenhum tipo de pagamento e nem será indenizado o fornecedor que deixar produtos que não estiverem de acordo com o que foi solicitado.

16.3. Os produtos serão solicitados ao fornecedor conforme necessidade das respectivas Secretarias.

16.4. Os objetos deverão ser entregues nas respectivas Secretarias solicitantes ou no endereço por ela indicado, não podendo o fornecedor se recusar a entregar no endereço solicitado, ensejando assim multa por recusa. Sob pena de multa de 10% em cima da nota, retido no pagamento efetuado pela prefeitura, assegurado, sempre, a ampla defesa e o contraditório.

16.5. As despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, correrão por conta da empresa fornecedora.

16.6. Os produtos deverão ser entregues acompanhados do empenho e da respectiva Nota Fiscal/Fatura que deverá ser emitida contendo o número do Pregão e Ata de Registro de Preços, a descrição dos itens, quantidades, preço unitário e total, em conformidade com o pedido.

17. DO PAGAMENTO, DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

17.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e emissão da referida nota fiscal.

17.2. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

17.3. Sendo constatada irregularidade no objeto entregue, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção, quer esta seja efetuada por reparação, complementação ou substituição do bem.

17.4. Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.

17.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

17.6. Caso haja prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o preço inicialmente contratado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro mais vantajoso para administração, conforme acordo entre as partes, desde que:

- a) os beneficiários da ata, inclusive os registrados no cadastro reserva, não aceitem prorrogar com o preço original registrado;
- b) o preço reajustado esteja dentro do preço de mercado;
- c) não haja outro classificado que mantenha o preço original registrado do vencedor ou abaixo do preço reajustado.

17.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa a ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

18.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção. A despesa resultante deste procedimento licitatório correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

19. DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

19.1. De acordo com tema 1130 do Supremo Tribunal Federal, e, determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012, alterada pela IN 2145/2023, o município deve passar a reter o IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços a partir da competência de agosto de 2023, sendo assim todos os fornecedores de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

bens e serviços que transacionam com o município de Curiúva deverão atender as exigências do Decreto Municipal nº 113/2023, conforme a tabela do Anexo I da INRF 1.234/2012.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à o registro de preços.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da o registro de preços.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e no contrato exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei nº 14.133/2021.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Proposta/Termo de Referência
- b) ANEXO II – Declaração Unificada Cumprimento de Exigências Legais
- c) ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços
- d) ANEXO IV - Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da BII

20.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação. Não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Curiúva/PR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Curiúva, 11 de fevereiro de 2025

CHRISTIANO
GIUNTA
BORGES:90372
808972

Assinado de forma
digital por
CHRISTIANO GIUNTA
BORGES:9037280897-
2

LUCIANA MARILIA
DA
COSTA:200161028
94

Assinado de forma
digital por LUCIANA
MARILIA DA
COSTA:20016102894

CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito Municipal

LUCIANA MARÍLIA DA COSTA
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2025

1. OBJETO

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva, com as características e especificações descritas abaixo:

LOTE 01 – COTA PRINCIPAL - CP

| | DESCRIÇÃO | VALOR MÁXIMO UNITÁRIO | DE DESCONTO MÍNIMO | DESCONTO (%) |
|------------------------------|---|---|-----------------------|--------------|
| 01 | Peças novas originais e/ou genuínas e primeira linha | Conforme Valor base da Tabela peças revenda autorizadas | 10% | |
| 03 | Mão de obra de serviços mecânico para Maquinas pesadas/ total de 450 horas de serviços. | R\$198,56/HORA | 10% | |
| MÍNIMO DE DESCONTO NO LOTE | | | 20% | |
| VALOR TOTAL DE DESCONTOS (%) | | | | |

LOTE 02 – COTA RESERVADA - CR

| | DESCRIÇÃO | VALOR MÁXIMO UNITÁRIO | DE DESCONTO MÍNIMO | DESCONTO (%) |
|------------------------------|---|---|-----------------------|--------------|
| 01 | Peças novas originais e/ou genuína e primeira linha | Conforme Valor base da Tabela peças revenda autorizadas | 10% | |
| 03 | Mão de obra de serviços mecânico para Maquinas pesadas/ total de 150 horas de serviços. | R\$198,56/HORA | 10% | |
| MÍNIMO DE DESCONTO NO LOTE | | | 20% | |
| VALOR TOTAL DE DESCONTOS (%) | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Condições de pagamento: conforme o edital

Prazo de entrega: 48 horas

Validade de proposta: mínimo 60 (sessenta) dias

Assinatura do(s) Proponente(s)

Carimbo da firma CNPJ

** O licitante deve estar ciente de que a proposta de preço apresentada deverá ser cumprida durante todo o período de vigência da ata de registros de preços.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II - DECLARAÇÕES - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS

Pregão nº 06/2025

A empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ n. [xxxx], localizada [endereço completo], na cidade de [xx], com telefone [xxx], endereço de e-mail [xxx], por meio de seu representante legal [nome completo do sócio, administrador ou procurador com poderes], inscrito no CPF [xxxx] e RG [xxxx], declara:

1. Estar ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
2. Estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e seus anexos;
3. que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
4. que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e nas disposições dos incisos e parágrafos do art. 14, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;
5. que cumpre com todos os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
6. cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
7. que a proposta protocolada está em conformidade com as exigências editalícias, foi elaborada de forma independente;
8. que a proposta protocolada compreende na integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
9. Fará prova de todas as informações declaradas neste processo licitatório, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Agente de O registro de preços, no prazo que o mesmo estipular;
10. Para fins do disposto no inciso VI do art. 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (* Caso empregue menor, a partir de 14 anos - na condição de aprendiz - **deverá fazer a ressalva**).
11. Que atesta, no que for aplicável, o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local e data

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal
CPF xxx.xxx.xxx-xx

Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XX/2025

Aos XXX XX de XXX de dois mil e vinte e quatro, na sede do MUNICÍPIO DE CURIÚVA – PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.167.725/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, de mandato e funções, SR. **CHRISTIANO GIUNTA BORGES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 6.291.456-4 e o CPF sob o n.º 903.728.089-72, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua João Milleo, 378, neste ato denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE instituir **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP n.º <NUMEROCONTRATO>/2025**, decorrente da licitação sob modalidade de **Pregão eletrônico n.º 06/2025**, para registrar os preços apresentados pela empresa, <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, situada à <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, neste ato denominada simplesmente **DETENTORA**, processado nesta Administração Pública, a qual constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 20/2022, pelo Decreto Municipal 26/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I, do edital de Licitação nº 06/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - Por se tratar de licitação para registro de preços não se faz necessária a indicação de dotação orçamentária, devendo ser exigida apenas na formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

2.2 - As despesas de outros órgãos ou entidades da Administração que utilizem desta Ata correrão por sua conta.

2.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS E PRODUTOS

3.1 - O preço do produto a ser adquirido, é o constante da presente Ata, ofertado pela empresa vencedora do certame que lhe deu origem, com o desconto de xx% conforme a proposta de preços – Anexo I do edital Pregão Eletrônico 06/2025.

VALOR TOTAL DOS LOTES: <VALORCONTRATO> <VALORCONTRATO#E>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

3.2 - O órgão gerenciador monitorará o preço do produto avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

3.3 - O órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

3.4 - Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, despesas de pessoal, etc), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

CLÁUSULA QUARTA: DA VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR/PRESTADOR

5.1 - Cumprir o objeto da Ata de Registro de Preços, entregando os produtos especificados no Anexo 01 do Edital nº **06/2025** e adjudicados no Pregão dentro do prazo determinado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, de acordo com o preço registrado.

5.2 - Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

5.3 - Assumir, com responsabilidade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.4 - Responder perante o ÓRGÃO GERENCIADOR e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do contrato.

5.5 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.6 - Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da Ata de Registro de Preços.

5.7- Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação do fornecedor/prestador com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da DETENTORA.

5.8 - Manter-se, durante toda a vigência desta Ata, em compatibilidade todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

5.9 - Responsabilizar-se pelos ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais que se fizerem necessários para a boa execução do objeto da contratação.

5.10. Entregar os produtos objeto desta licitação conforme o indicado na proposta comercial da licitante vencedora, a contar da emissão do pedido expedido pela Secretaria solicitante, sob pena de multa.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES

6.1 - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com fornecedor, efetuando os pagamentos de acordo com a cláusula oitava.

6.2 - Fornecer e colocar à disposição do fornecedor, efetuando os pagamentos que se fizerem necessários.

6.3 - Notificar, formal e tempestivamente, o fornecedor sobre as irregularidades observadas.

6.4 - Notificar o fornecedor, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

6.5 - Acompanhar a entrega do objeto, efetuada pelo fornecedor, podendo intervir para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.

6.6 - O ÓRGÃO GERENCIADOR será responsável pela prática de todos os atos de controle da Administração da Ata de Registro de Preços.

6.7 - Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO/FORNECIMENTO

7.1. Os produtos, objeto do Registro de Preços serão entregues na respectiva SECRETARIA solicitante, a ser informada na ocasião da solicitação que se fará através da emissão de AF – Autorização de Fornecimento, que será emitida pelo funcionário responsável.

7.2. Os produtos, no ato da entrega deverão estar acompanhados da Nota Fiscal descritiva, constando número da Autorização de Fornecimento, dados da conta bancária para depósito do pagamento, bem como da CND do INSS e CRF do FGTS.

7.3. A empresa receberá através de fax, e-mail, ou pessoalmente a Ordem de Compra, **e terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para efetuar a entrega dos produtos solicitados.**

7.4. A não entrega dos produtos, será motivo de aplicação das penalidades previstas na Ata

7.5. **A Detentora da Ata não poderá recusar-se a entregar itens solicitados na nota de empenho mesmo que em pequenas quantidades.**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega, através de crédito em conta corrente mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável pela unidade requisitante acompanhadas obrigatoriamente da CND do INSS e CRF do FGTS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

8.1.1 – A contagem do prazo citado no subitem anterior se dará a partir da data da entrega da Nota Fiscal, obedecidas às exigências ali expressas.

8.2 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, será solicitado à fornecedora a substituição do mesmo.

8.3 - Caso a licitante vencedora seja beneficiária de imunidade ou isenção fiscal, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

8.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Detentora, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus para o Município de Curiúva – Estado do Paraná.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do setor competente, e de servidor designado, fiscalizará o fornecimento e verificará o cumprimento das obrigações solicitadas, no todo ou em parte, visando a averiguação do atendimento as normas editalícias e deste instrumento.

9.2- O ato da fiscalização não desobriga o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução deste instrumento.

9.3- O servidor designado para fiscalizar a Ata de Registro de Preço, bem como o responsável pelo recebimento e aceite do material, após conferência quantitativa e qualitativa o seu será o senhor Roberval da Silva Prestes.

9.4 O Controle Interno, juntamente com o Chefe do Almoarifado, deverá atestar os documentos de despesas, quando comprovado o fiel e correto fornecimento dos materiais, encaminhando-os para pagamento.

9.5 A devolução dos produtos é de competência do titular do Almoarifado, desde que verificada a entrega fora das especificações constantes do contrato, notificado, por escrito à Contratada, a ocorrência de eventuais defeitos, fixando prazo para a correção.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DO PREÇO REGISTRADO

10.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

10.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta cláusula será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 107, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.4. As sanções estão previstas no contrato:

11.4.1. Caso o(s) fornecedor(es) descumpram o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021 e, se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

- a) **multa moratória** de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.1) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c");

a.2) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento

b) **Suspensão do direito de licitar** e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

11.5. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

11.6. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

11.7. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

11.8. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

11.9. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.

11.10. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

11.11. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio *dies interpellat pro homine*, previsto no art. 397 do Código Civil).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

12.1 - A publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e, da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

13.1 - Caso haja prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o preço inicialmente contratado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro mais vantajoso para administração, conforme acordo entre as partes, desde que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- a) os beneficiários da ata, inclusive os registrados no cadastro reserva, não aceitem prorrogar com o preço original registrado;
- b) o preço reajustado esteja dentro do preço de mercado;
- c) não haja outro classificado que mantenha o preço original registrado do vencedor ou abaixo do preço reajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – Pregão nº **06/2025** – Forma Presencial e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pelo fornecedor da Ata, constando o preço de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de estarem anexos.

14.2 - Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

14.3 - Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições estabelecidas na legislação vigente.

14.4 - Nenhuma indenização será devida ao fornecedor/prestador pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de aquisições dela decorrente.

14.5 - Além do preço do primeiro colocado, serão registrados tantos fornecedores de bens ou prestadores de serviços quantos concordarem, respeitadas as quantidades oferecidas em cada proposta, obedecendo a ordem crescente dos preços ofertados.

14.6 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curiúva/PR, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

CHRISTIANO GIUNTA BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANA MARÍLIA DA COSTA
PREGOEIRA

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>

Representante Legal

CPF:<FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

| | |
|---|---------------------|
| Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica) | |
| Razão Social: | |
| Ramo de Atividade: | |
| Endereço: | |
| Complemento: | Bairro: |
| Cidade: | UF: |
| CEP: | CNPJ: |
| Telefone Comercial: | Inscrição Estadual: |
| Representante Legal: | RG: |
| E-mail: | CPF: |
| Resp. Financeiro: | |
| E-mail Financeiro: | Telefone: |
| ME/EPP: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não | |

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.
- v. Pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

5.1 O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV.1

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL - (LICITANTE DIRETO) INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

| | |
|----------------------------|-----------|
| Razão Social do Licitante: | |
| CNPJ/CPF: | |
| Operadores | |
| 1 | Nome: |
| | CPF: |
| | Função: |
| | Telefone: |
| | Celular: |
| | Fax: |
| | E-mail: |
| 2 | Nome: |
| | CPF: |
| | Função: |
| | Telefone: |
| | Celular: |
| | Fax: |
| | E-mail: |
| 3 | Nome: |
| | CPF: |
| | Função: |
| | Telefone: |
| | Celular: |
| | Fax: |
| | E-mail: |

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV.2

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Pregões Eletrônicos, Pregões Presenciais em formato WEB; Pregões Eletrônicos de Compra Direta, Cotação Eletrônica de Preços:

Não optantes pelo sistema de registro de preços.

1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

Optantes pelo sistema de registro de preços:

1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 10% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre o registro de preços de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto no sistema de PREGÕES, não exige o pagamento dos custos de uso do sistema da BLL. A corretagem será pactuada entre os interessados de acordo com as regras usuais do mercado.

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA – EMPRESAS PRIVADAS SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Pregões Eletrônicos, Pregões em formato Web ou Cotações Eletrônicas:

1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor da adjudicação do lote, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 10% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito – SPC/SERASA e outros; e cadastro dos inadimplentes da Bolsa e ao automático cancelamento de sua senha ou chave eletrônica.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

A livre o registro de preços de sociedades CELULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto no sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL. A corretagem será pactuada entre os interessados de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

000099

Av. Antônio Cunha, 365 - Centro - CEP: 84280-000
CNPJ: 76.167.725/0001-30 - Telefone: (43) 3545-1222
CURIÚVA - Paraná

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

| | | | |
|----------------------|--|--------------|-------------------|
| Data de Publicação | 11/02/2025 10:11:47 | Ano | 2025 |
| Categoria | Licitações | Subcategoria | Pregão Eletrônico |
| Descrição do Arquivo | Aviso de Licitação Pregão Eletrônico 06/2024 | | |

Dados do Certificado digital

| | | | |
|------------------------|-----------------------|------------------------|----------------|
| Titular | PM CURIÚVA 2024 | CPF / CNPJ | 76167725000130 |
| Tipo de Certificado | e-cnpj | Formato do Certificado | A1 |
| Empresa Expedidora | AC SOLUTI Multipla v5 | | |
| Empresa Certificadora | ICP-Brasil | | |
| Unidade Organizacional | AC SOLUTI v5 | | |
| Data de Expedição | 15/02/2024 | Data de Validade | 14/02/2025 |



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA 76167725000130
PUBLICADO OFICIAL
Local: CURIÚVA - PARANÁ
Assinado em: 11/02/2025 10:16:00

MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 13194 | terça-feira, 11 de fevereiro de 2025 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

O **MUNICÍPIO DE CURIÚVA**, Estado do Paraná, através da Pregoeira, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 20/2022, do Decreto 26/2024, torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de Pregão Eletrônico objetivando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva. O edital está disponível no Site www.curiuva.pr.gov.br e www.bll.org.br e as propostas deverão ser anexadas ao sistema até às 8h00min do dia 27 de fevereiro de 2025 e a sessão de disputa terá início às 9h00min do mesmo dia.

Curiúva, 11 de fevereiro de 2025.

LUCIANA MARÍLIA DA COSTA
Pregoeira

CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito Municipal



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/000130 em 11/02/2025
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná


A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br.

JCN
INFORMANDO
DESDE
1998

DIRETOR GERAL: GÊNESIS MACHADO

TERÇA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2025

EDIÇÃO 3.638

VERSÃO ONLINE  JORNALCN.COM.BR

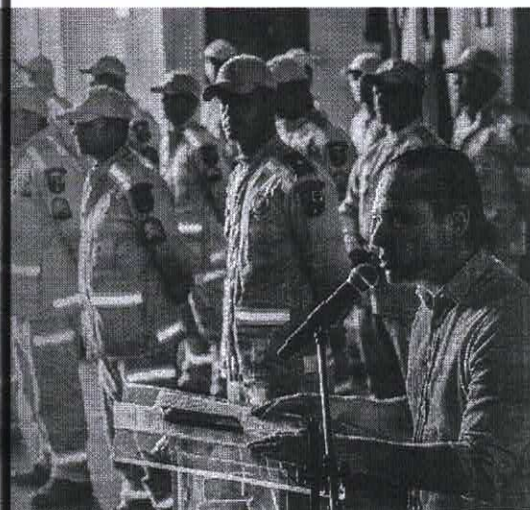
CORREIO DO NORTE

Prefeito e Vice de Wenceslau Braz Apresentam Prestação de Contas do Primeiro mês de Gestão e Anunciam Novas Obras

TRANSPARÊNCIA E PLANEJAMENTO MARCAM O INÍCIO DO MANDATO
PÁGINA 3

Palhares parabeniza Corpo de Bombeiros de Jacarezinho pelos 40 anos

*CELEBRAÇÃO COMEMORA DÉCADAS DE SERVIÇOS
PRESTADOS À COMUNIDADE*
PÁGINA 5



Palhares e prefeitos aprovam projeto de ampliação do SAMU na região
PÁGINA 5

Paraná começa 2025 com 66% de aumento na abertura de novas empresas

EM JANEIRO DE 2025, O SALDO FOI DE 19.225 EMPRESAS, ENQUANTO NO PRIMEIRO MÊS DO ANO PASSADO FORAM 11.586. ALÉM DISSO, O PARANÁ VOLTOU A APARECER ENTRE OS LÍDERES NACIONAIS NA VELOCIDADE DE ABERTURA DE EMPRESAS, COM APENAS

PARANÁ AEN

O ano de 2025 iniciou aquecido no Paraná, com o aumento de 66% no saldo de empresas em janeiro em relação ao mesmo período de

Em janeiro de 2025, o saldo foi de 19.225 empresas, enquanto no primeiro mês do ano passado foram 11.586. O aumento foi puxado por mais registros de microempreendedores individuais (MEIs), empresas limitadas, sociedades anônimas fechadas, cooperativas e consórcios. Além disso, o Paraná voltou a aparecer entre os líderes nacionais na velocidade de abertura de empresas, com apenas 8h55 em janeiro. Os dados estão no relatório de abertura e fechamento de empresas divulgado pela Junta Comercial do Paraná (Jucepar) nesta sexta-feira (7). Em janeiro de 2024 foram registrados 16.251 MEIs, 2.781 empresas limitadas, 35 sociedades anônimas fechadas, sete cooperativas e nenhum consórcio. Já neste ano, os números aumentaram para

31.411 MEIs, 43 sociedades anônimas fechadas, 10 cooperativas e sete consórcios. O número de empresas abertas em janeiro deste ano foi 48% maior do que em janeiro passado. Foram 40.021 empresas em 2025, enquanto em 2024 foram 27.025. Atualmente, o Paraná soma 1.778.208 empresas, sendo 1.698.334 matrizes e 79.874 filiais. O saldo de empresas é calculado entre as aberturas e baixas de registros no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Em janeiro de 2025 foram 20.796 baixas. "Os dados mostram que a economia do Paraná vai de vento em popa, com o empreendedor acreditando no Estado, que está reduzindo burocracias e a Junta Comercial está sendo ágil no processo de registro de empresas", diz o presidente da Jucepar, Marcos Rigoni. **DESCOMPLICA PARANÁ** – Em janeiro de 2025, 3.724 empresas obtiveram o selo de Baixo Risco, sendo 56% (2.077) na abertura e 44% (1.647) em alterações. Ou seja, duas em cada 10 empresas

abertas no Paraná foram beneficiadas com o selo de Baixo Risco. O selo é previsto no Decreto nº 3.434/2023, de 14 de setembro de 2023, que regulamenta a Lei da Liberdade Econômica no Paraná, classificando as empresas como de baixo risco e as dispensando da emissão de alvarás de funcionamento e licenciamentos no caso de 771 atividades econômicas. A dispensa se aplica no caso de alvarás e licenciamentos do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Defesa Agropecuária. No primeiro ano de vigência do decreto nº 3.434/2023, 31.605 empresas foram beneficiadas (excluindo-se as MEIs). Desse total, 57% dos selos foram emitidos pela Jucepar em aberturas de empresas e 43% em alterações. Curitiba (9.297), Maringá (2.636), Londrina (1.806), São José dos Pinhais (1.030) e Cascavel (963) foram as cidades que mais tiveram empresas beneficiadas pelo selo de Baixo Risco desde o início da vigência do decreto, em 31 de



janeiro de 2024. **AGILIDADE** – O Paraná subiu novamente no ranking de tempo de abertura de empresas no Brasil, passando do 7º para o 2º lugar, atrás apenas de Sergipe. O Paraná obteve o tempo médio de 8 horas e 55 minutos no período, movimentando 1.182 processos. O estado sergipano, por outro lado, movimentou apenas 600 processos com

tempo de 7 horas e 4 minutos – 12 vezes menos do que o volume paranaense. No Brasil, o tempo médio de abertura de empresas no mês foi de 24 horas, com o movimento de 84.330 processos. Estados próximos do Paraná levam até mais tempo: São Paulo (32 horas), Minas Gerais (31 horas), Rio de Janeiro (29 horas) e Santa Catarina (23 horas). O

tempo total de abertura de empresas leva em consideração o tempo na etapa de viabilidade, na validação cadastral que os órgãos efetuam e na efetivação do registro, com a obtenção do CNPJ. Não são considerados os tempos de inscrições municipais ou estaduais e nem a obtenção de licenças para o funcionamento do negócio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, através da Pregoeira, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 20/2022, do Decreto 26/2024, torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de Pregão Eletrônico objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de refeições do tipo marmiteix grande e self-service, destinado às Secretarias Municipais. O edital está disponível no Site www.curiuva.pr.gov.br e www.bll.org.br e as propostas deverão ser anexadas ao sistema até as 8h00min do dia 26 de fevereiro de 2025 e a sessão de disputa terá início às 9h00min do mesmo dia.

Curiúva, 11 de fevereiro de 2025.

LUCIANA MARÍLIA DA COSTA

Pregoeira

CHRISTIANO GIUNTA BORGES

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, através da Pregoeira, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 20/2022, do Decreto 26/2024, torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de Pregão Eletrônico objetivando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva. O edital está disponível no Site www.curiuva.pr.gov.br e www.bll.org.br e as propostas deverão ser anexadas ao sistema até as 8h00min do dia 27 de fevereiro de 2025 e a sessão de disputa terá início às 9h00min do mesmo dia.

Curiúva, 11 de fevereiro de 2025.

LUCIANA MARÍLIA DA COSTA

Pregoeira

CHRISTIANO GIUNTA BORGES

Prefeito Municipal

Boa Esperança

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 006/2025. Objeto: Aquilhões SESA 1432/2023 e 516/2024, abertura das propostas às 08h00min e início às 21h00min. Para mais informações, acesse o site: licitacao@boaesperanca.com.br e <https://www.licitacoes-e.com.br>

Boa Esperança – PR, 05 de fevereiro de 2025.
Gislaine Baccas Belini – Pregoeira

12945/2025

Boa Esperança do Iguaçu

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 017/2025
Processo Nº 022/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de lanches tipo kit para coquetel para serem distribuídos gratuitamente no evento realizado anualmente em comemoração ao Dia Internacional da Mulher para as mulheres residentes no município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.

VALOR MÁXIMO: R\$ 14.790,00 (quatorze mil e setecentos e noventa reais).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 11/02/2025 às 08h30min do dia 21/02/2025.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 21/02/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 21/02/2025.

LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR ITEM.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações e bllcompras.com ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, 10 de fevereiro de 2025.

RENATO GRASSI
Pregoeiro
GIVANILDO TRUMI
Prefeito

12931/2025

Céu Azul

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL – PR

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO

MODALIDADE: Inexigibilidade - Credenciamento: 4/2025 – M.C.A.

Objeto: Credenciamento de empresas para prestação de Serviços Funerários. Estes serviços são destinados a atender aos munícipes que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária, cadastrados junto à Secretaria de Assistência Social por meio do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Valor estimado: R\$ 34.534,50. Protocolo das propostas a partir da publicação com abertura do credenciamento a partir de 26 de fevereiro de 2025. Edital e anexos disponível em: <https://ceazuil.atende.net/transparencia/licitacoes-gerais> ou junto ao setor de licitações Tel. 45-3121-1026 // 3121-1023, e-mail: licitacao@ceazuil.pr.gov.br. Céu Azul/PR, 10 de fevereiro de 2025. Laurindo Sperotto – Prefeito Municipal.

12979/2025

Cidade Gaúcha

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394, centro, na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 75.377.200/0001-67, torna público que irá requerer ao IAT a Licença Prévia para Barracão de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos Não Perigosos (Unidade de Valorização de Resíduos – UVR) a ser implantada na

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 80883525

Documento emitido em 11/02/2025 08:37:19.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11832 | 11/02/2025 | PÁG. 35

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

8, matrícula 29.497, no Município de Cidade

12482/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 006/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Locação mensal de Veículos, sob demanda, sem limite de quilometragem, sem motorista e sem fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, seguros, taxas e impostos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Colombo, pelo período de 12 (doze) meses.

Recebimento das Propostas: das 09:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2025 até às 08:00 horas do dia 26 de fevereiro de 2025.

Início da sessão de Disputa de Preços: As 09:00 horas do dia 26 de fevereiro de 2025. (Horário de Brasília).

Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).

Preço Máximo: Constante no edital.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.

Informações Complementares: poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, a Rua XV de Novembro, nº 105 – Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656-8185 ou 3656-8138 ou pelo e-mail: licitacao@colombo.pr.gov.br

Colombo, 10 de fevereiro de 2025.

Helder Luiz Lazarotto
Prefeito Municipal

12607/2025

Coronel Vivida

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR

CONVOCAÇÃO PRÓXIMAS CLASSIFICADAS - PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 83/2024

Considerando que a empresa REFITUR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, CNPJ Nº 09.604.314/0001-78, vencedora do item 01, não apresentou para a gestora e o fiscal as comprovações exigidas no edital, no item 18 e subitens, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, portanto fica a mesma DESCLASSIFICADA e desta forma, FICAM CONVOCADAS AS PRÓXIMAS CLASSIFICADAS do item 01, para negociação, a qual se realizará no dia 13 de fevereiro de 2025, às 09h, através do sistema BNC, de acordo com o disposto no Art. 9º, §2º e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 junto do Decreto Municipal nº 8.266/2023 e edital. Coronel Vivida, 10 de fevereiro de 2025. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

12884/2025

Curiúva

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

O MUNICÍPIO DE CURIUVA, Estado do Paraná, através da Pregoeira, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 20/2022, do Decreto 26/2024, torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de Pregão Eletrônico objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de refeições do tipo marmiteix grande e self-service, destinado às Secretarias Municipais. O edital está disponível no Site www.curiuva.pr.gov.br e www.bll.org.br e as propostas deverão ser anexadas ao sistema até as 8h00min do dia 26 de fevereiro de 2025. A sessão de disputa terá início às 9h00min do mesmo dia.

Curiúva, 11 de fevereiro de 2025.

LUCIANA MARILIA DA COSTA
Pregoeira
CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

O MUNICÍPIO DE CURIUVA, Estado do Paraná, através da Pregoeira, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 20/2022, do Decreto 26/2024, torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de Pregão Eletrônico objetivando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e de primeira linha, todas novas, para a realização da manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Curiúva. O edital está disponível no Site www.curiuva.pr.gov.br e www.bll.org.br e as propostas deverão ser anexadas ao sistema até as 8h00min do dia 27 de fevereiro de 2025 e a sessão de disputa terá início às 9h00min do mesmo dia.

Curiúva, 11 de fevereiro de 2025.

LUCIANA MARILIA DA COSTA
Pregoeira
CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito Municipal

12790/2025